



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 138 SEXTA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2015



BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Gladson Cameli - (PP-AC)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Vicentinho Alves - (PR-TO)	1º Sérgio Petecão - (PSD-AC) 2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
2º SECRETÁRIO Zeze Perrella - (PDT-MG)	3º Elmano Férrer (PTB-PI) 4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17
Líder Humberto Costa - PT (22,28) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41) Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)	Líder do PMDB - 17 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	Líder Alvaro Dias - PSDB (20) Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Morais (46) Antonio Anastasia (47) Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima (17) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB (11,25) Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45) Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)	Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 152ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 3 DE SETEMBRO DE 2015.....	006
1.1 – ABERTURA.....	006
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	006
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	008
1.2.1.1 – Término de prazo Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 8/2015	008
1.2.1.2 – Encaminhamento Encaminhamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 336/2013; 141/2014-Complementar; 203/2014; 253/2015-Complementar; 136, 137 e 183/2015; e do Projeto de Resolução nº 84/2007 para oitiva da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional.....	008
1.2.1.3 – Projetos de Lei do Senado Nº 580/2015, de autoria do Senador Waldemir Moka, que <i>altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso resarcir o Estado das despesas com a sua manutenção</i>	008
Nº 581/2015, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que <i>altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para tornar obrigatória, nos rótulos das embalagens dos produtos alimentícios de origem vegetal ou animal comercializados no País, a informação ao consumidor sobre a presença de resíduos de ingredientes ativos componentes de defensivos agrícolas de utilização eventual direta ou indiretamente ao longo da respectiva cadeia produtiva</i>	010
1.2.1.4 – Requerimentos Nº 1.023/2015, de autoria da Senadora Marta Suplicy, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 556/2015.	014
Deferido.....	014
Nº 1.024, de autoria do Senador Acir Gurgacz, de autorização para desempenho de missão parlamentar de 20 a 22 do corrente	015
1.2.1.5 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados Projeto de Lei da Câmara nº 118/2015 (nº 10/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 2.296, de 21 de novembro de 1986, o § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, o art. 63 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e dá outras providências</i>	017
Projeto de Lei da Câmara nº 119/2015 (nº 1.057/2007, na Câmara dos Deputados), que <i>acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.</i>	022
1.2.1.6 – Comunicações Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 677/2015 (Ofício nº 239/2015).....	028
Da Senadora Lúcia Vânia, de filiação partidária de S. Exª ao PSB (Memorando nº 94/2015)	029
Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membros para integrar a Comissão Especial destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional (Ofício nº 238/2015). Designação das Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia, como suplentes, para compor a referida Comissão	031
1.2.2 – Oradores SENADOR LASIER MARTINS – Considerações sobre a dívida do Estado do Rio Grande do Sul com o Governo Federal; e outro assunto	032
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item 5 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário) Projeto de Lei do Senado nº 555/2015, de iniciativa da Comissão Mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais, que <i>dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas que específica, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre seu estatuto jurídico. Transcorrida a primeira sessão de discussão, em primeiro turno.....</i>	035

1.3.2 – Item 6 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 74/2013 (nº 90/2011, na Câmara dos Deputados), tendo como primeira signatária a Deputada Luiza Erundina, que dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. **Transcorrida a terceira sessão de discussão, em segundo turno.....** 035

1.3.3 – Item 7 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 98/2015, de iniciativa da Comissão Temporária de Reforma Política do Senado Federal, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Transitórias da Constituição para reservar vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas três legislaturas subsequentes. **Transcorrida a segunda sessão de discussão, em segundo turno.....** 037

1.3.4 – Item 9 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2012, tendo como primeiro signatário o Senador João Capiberibe, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. **Transcorrida a segunda sessão de discussão, em primeiro turno** 037

1.3.5 – Apreciação de requerimento

Nº 849/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros Senadores. **Aprovado** 038

1.4 – APÓS ORDEM DO DIA**1.4.1 – Leitura de requerimento**

Nº 1.022/2015, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em aditamento ao Requerimento nº 407/2015, de prorrogação de seu prazo de duração e de ampliação dos limites das despesas a serem realizadas..... 038

1.4.2 – Oradores

SENADOR TELMÁRIO MOTA – Considerações acerca dos temas da reforma política votados ontem pelo Senado; e outro assunto..... 040

1.4.3 – Prejudicialidade

Prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 440, 442, 464, 481 e 482/2015; e 474/2015-Complementar ... 043

1.4.4 – Apreciação de requerimentos

Nºs 996, 999, 1.005 e 1.024/2015, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Roberto Requião, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, respectivamente. **Aprovados** 043

Nº 1.003/2015, de autoria do Senador Jorge Viana. **Aprovado** 043

1.4.5 – Leitura de requerimento

Nº 1.021/2015, de autoria do Senador Zeze Perrela, de autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 19 a 28 do corrente. **Aprovado.....** 044

1.4.6 – Apreciação de requerimento

Nº 995/2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Aprovado** 045

1.4.7 – Oradores (continuação)

SENADOR ROBERTO ROCHA – Saudações aos Senadores por terem aprovado ontem emenda de autoria de S. Ex^a que versa sobre a fidelidade partidária; e outro assunto..... 045

SENADOR DONIZETI NOGUEIRA – Defesa das medidas adotadas pelo Governo do Estado do Tocantins para resolver crise interna 047

SENADOR WELLINGTON FAGUNDES – Registro de participação de S. Ex^a em audiência pública realizada hoje na Câmara dos Deputados destinada a tratar da situação dos proprietários de casas lotéricas no Brasil; e outro assunto..... 049

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Responsabilização do Governo Federal pelo atual quadro de endividamento dos Estados brasileiros 055

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Críticas ao Governo Federal por desprezar pleitos dos demais entes federados 057

SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Defesa do fortalecimento policial nas fronteiras do País para o combate ao narcotráfico 059

SENADOR LINDBERGH FARÍAS – Defesa de mudança no sistema tributário; e outros assuntos..... 061

1.5 – ENCERRAMENTO..... 064

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL..... 065

3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 068

4 – LIDERANÇAS..... 069

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 071

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 086

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES..... 096

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 144

CONGRESSO NACIONAL

9 – COMISSÕES MISTAS.....	167
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	179

Ata da 152ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 3 de setembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Maranhão e Dário Berger.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 47 minutos e encerra-se às 14 horas e 42 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO

**Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária**

152ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 11h30

Período: 03/09/2015 07:00:00 até 03/09/2015 18:10:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PR	MT	Blairo Maggi	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PDT	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PTB	AL	Fernando Collor	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PSD	DF	Hélio José	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PPS	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PSB	BA	Lidice da Mata	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
-	GO	Lúcia Vânia	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PR	ES	Magno Malta	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X
DEM	SE	Maria do C Alves	X
-	SP	Marta Suplicy	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
PDT	DF	Reguffé	X
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PDT	RR	Telmário Mota	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazzotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
DEM	GO	Wilder Morais	X
PDT	MG	Zezé Perrella	X

Compareceram 68 senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Declaro aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241, do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

TÉRMINO DO PRAZO

Encerrou-se no dia 2 de setembro o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 8, de 2015**.
Não foram oferecidas emendas.
A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

ENCAMINHAMENTO

Os **Projetos de Lei do Senado nºs 336, de 2013; 141, de 2014 – Complementar; 203, de 2014; 136, 137 e 183, de 2015; 253, de 2015 – Complementar; e o Projeto de Resolução nº 84, de 2007**, vão à Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, nos termos do Requerimento nº 935, de 2015, aprovado na sessão de 19 de agosto, e do despacho da Presidência.

PROJETOS DE LEI DO SENADO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, DE 2015

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 12 e 39 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passam a vigor com a seguinte alteração:

"Art. 12.....

.....
§ 1º O preso deverá ressarcir o Estado das despesas realizadas com a sua manutenção no estabelecimento prisional.

§ 2º Se não possuir recursos próprios para realizar o ressarcimento, o preso deverá valer-se do trabalho, nos termos do art. 29 desta Lei." (NR)

"Art. 39.....

.....
VIII - indenização ao Estado das despesas realizadas com a sua manutenção;
....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

suportadas pelo preso, sobrariam recursos que poderiam ser aplicados em saúde, educação, em infraestrutura etc.

O art. 39, VIII, da Lei de Execução Penal (LEP) estabelece como dever do condenado, a indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do seu trabalho.

Por sua vez, o art. 29, § 1º, alínea “d”, da LEP estabelece que o produto da remuneração pelo trabalho do preso será destinado ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores, quais sejam: a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios; b) à assistência à família; c) a pequenas despesas pessoais.

Isso deve se aplicar, do nosso ponto de vista, ao condenado que não tem condições econômicas para ressarcir ao Estado as despesas com a sua manutenção, a não ser com o produto do seu trabalho, enquanto preso. Entretanto, aquele que reúne condições econômicas, como, por exemplo, os condenados por corrupção, lavagem de dinheiro ou crimes financeiros, deve promover o ressarcimento ao Estado, independentemente do disposto no art. 29 da LEP.

Somente transferindo para o preso o custo de sua manutenção no presídio é que o sistema penitenciário poderá melhorar e, ao mesmo tempo, por via oblíqua, proporcionar destinação de mais recursos para outras áreas, como os serviços públicos de saúde e educação.

É nesse sentido que apresentamos este projeto e pedimos que os ilustres Parlamentares votem pela sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **WALDEMIR MOKA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984 - 7210/84](#)

[artigo 12](#)

[artigo 39](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 581, DE 2015

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que *institui normas básicas sobre alimentos*, para tornar obrigatória, nos rótulos das embalagens dos produtos alimentícios de origem vegetal ou animal comercializados no País, a informação ao consumidor sobre a presença de resíduos de ingredientes ativos componentes de defensivos agrícolas de utilização eventual direta ou indiretamente ao longo da respectiva cadeia produtiva.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 2º**

.....

XXI – defensivos agrícolas e afins:

a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;

b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;

XXII – ingredientes ativos componentes: os princípios ativos, os produtos técnicos, suas matérias-primas, os ingredientes inertes e aditivos usados na fabricação de defensivos agrícolas e afins. (**NR**)

Art. 11.

§ 5º Os rótulos de produtos alimentícios de origem vegetal ou animal comercializados no País deverão mencionar os percentuais de resíduos de ingredientes ativos componentes de defensivos agrícolas de utilização eventual direta ou indiretamente ao longo da respectiva cadeia produtiva.

§ 6º No caso de produtos alimentícios comercializados sem embalagem nem rótulo, tais como aqueles comercializados a granel, o fornecedor final deverá afixar no local da venda, em local visível, aviso com a informação exigida no § 5º deste artigo.” (**NR**)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) coordena o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) e a Rede Nacional de Centros de Informação e Assistência Toxicológica (RENACIAT).

O Programa em referência permite avaliação contínua dos níveis de resíduos de defensivos agrícolas nos alimentos de origem vegetal ofertados ao consumidor. A Anvisa divulga anualmente os relatórios do Programa, cujos resultados constituem os principais indicadores da qualidade dos alimentos adquiridos no mercado varejista e consumidos pela população. Com os dados dos resíduos encontrados, pode-se aferir o risco à saúde do consumidor decorrente da exposição aos defensivos agrícolas em alimentos. Propicia, ainda, a reavaliação dos defensivos agrícolas no sentido de restringir ou proibir o uso de defensivos agrícolas considerados perigosos para a saúde da população.

No que concerne aos **alimentos de origem animal** (carnes, laticínios, ovos, pescados etc.), em cuja cadeia produtiva tenham sido utilizados **medicamentos, defensivos e**, principalmente, rações de origem vegetal produzidos mediante o emprego de

defensivos agrícolas, enfatize-se que a Anvisa não detém o controle dessa contaminação.

Note-se, também, que os **alimentos de origem animal**, por via indireta, **apresentam alto nível de contaminação**, pois a gordura é o principal retentor de organoclorados e outros defensivos agrícolas.

Ressalte-se que, de acordo com os órgãos fiscalizadores, **em anos recentes, um terço das frutas e verduras amostradas se encontravam insatisfatórias para o consumo pela presença de agrotóxicos**. Foram encontradas substâncias do grupo dos acaricidas, fungicidas, inseticidas, bactericidas, cupinicidas e formicidas, **todas com potencial para destruir células musculares e comprometer o sistema nervoso central**, além de **gerar complicações no sistema circulatório e problemas respiratórios**, levando a **doenças crônicas**. Ademais, segundo a Organização Mundial de Saúde, entre 2015 e 2020, haverá **incremento de 15% nos óbitos causados por doenças crônicas**, entre as quais se inserem as adquiridas por intoxicação com agrotóxicos.

Saliente-se que, desde o advento da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, **é direito básico do consumidor brasileiro a informação adequada** e clara sobre os diferentes produtos, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, assim como **sobre os riscos** que apresentem.

Urge, portanto, que o tema seja disciplinado de uma forma mais efetiva para informar e orientar a população.

Para tanto, entendemos mais adequada a alteração do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que *institui normas básicas sobre alimentos*, com vistas a tornar obrigatória a informação sobre os percentuais de resíduos de ingredientes ativos componentes de defensivos agrícolas de utilização eventual direta ou indiretamente ao longo da respectiva cadeia produtiva.

Por essas razões, apresentamos esta proposição que reputamos de inegável alcance social e contamos com o apoio dos distintos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **MARCELO CRIVELLA**

LEGISLAÇÃO CITADA

Decreto-Lei nº 986, de 21 de Outubro de 1969 - 986/69

Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - CODIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC - 8078/90

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa)

REQUERIMENTOS**SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 1023, DE 2015**

Requeiro, nos termos do **artigo 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal**, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 556, de 2015, que incentiva a contratação de trabalhadores entre 16 e 21 anos, mediante a redução temporária do valor das contribuições para o sistema S, para o salário educação e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Sala das Sessões,

S/PARTIDO

Senadora **MARTA SUPILCY**

(Deferido.)



Aprovado
em 3/9/2015

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N.º 1024, DE 2015

Nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e para os fins do disposto no inciso I do Artigo 40º do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa na data de 20 a 22 de setembro do corrente ano.

Comunico também que, nos termos do artigo 39, inciso I do Regimento Interno, estarei ausente do país no referido período, em virtude de viagem oficial que farei à Motevidéu - Uruguai, para reunião do Parlamento do Mercosul, conforme ofício anexo.

Recebido em 3/9/2015
Hora: 11:02
Wilder Nascimento - Mat. 266726
SGM - Senado Federal

Brasília, 02 de setembro de 2015.

Senador ACIR GURGACZ

Líder do PDT no Senado Federal



CONGRESSO NACIONAL
PARLAMENTO DO MERCOSUL
Representação Brasileira

OF. P/046/2015

Brasília, 01 de setembro de 2015

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Reunião do Parlamento do Mercosul – Montevidéu - Uruguai

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, informo a Vossa Excelência que as próximas reuniões do Parlamento do Mercosul ocorrerão no dia **21 de setembro**, segunda-feira, em Montevidéu, no Uruguai, ocasião em que serão realizadas a **Reunião de Mesa Diretora, Reuniões de Comissões Permanentes, e a XXXIV Sessão Ordinária**, conforme Convocatórias do Presidente do Parlamento, cuja cópias seguem anexas..

2. Trata-se, Senhor Presidente, portanto, de dar continuidade aos trabalhos do Parlamento do Mercosul, previstos para acontecer uma vez por mês, conforme determina o Protocolo de Constituição do Parlamento do Mercosul.

3. Assim, solicito a Vossa Excelência as providências necessárias ao deslocamento do Senador Acir Gurgacz, entre os dias **20 e 22 de setembro de 2015** bem como a liberação de passagens aéreas, cobrindo os trechos indicados pelo Gabinete do Senador, e diárias para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação na capital uruguaia, onde acontecerão as referidas Sessões do Parlamento do Mercosul.

4. Na oportunidade, renovo-lhe votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Recebido em 29/09/15
Hora: 15:37
Wilder
Wilder Nascimento - Mat. 266720
SGM - Senado Federal

Senador ROBERTO REQUIÃO
Presidente

MATÉRIAS RECEBIDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**SENADO FEDERAL**
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 118, DE 2015

(Nº 10/2015, na Casa de origem)

Altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 2.296, de 21 de novembro de 1986, o § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, o art. 63 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 ; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art 2º do Decreto-Lei nº 2.296, de 21 de novembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º As contribuições efetivamente pagas pela pessoa jurídica relativas aos programas de previdência privada e a seguros de vida com cobertura por sobrevivência, em favor dos seus empregados e dirigentes, não serão consideradas integrantes da remuneração dos beneficiários para efeitos trabalhistas, previdenciários e de contribuição sindical nem integrarão a base de cálculo para as contribuições do FGTS.

Parágrafo único. Aplica-se a disposição contida no caput também às contribuições efetivamente pagas pela pessoa jurídica

relativas a seguros de vida com cobertura por sobrevivência, inclusive os com tratamento fiscal específico, no caso de os recursos serem destinados ao pagamento de despesa relacionada à contraprestação de plano privado de assistência à saúde ou de seguro saúde, devidamente registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.” (NR)

Art. 2º O § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 28.**

.....

§ 9º

.....

p) o valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica, relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, e a seguros de vida com cobertura por sobrevivência, desde que disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes, observados, no que couber, os arts. 9º e 468 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1940 - Consolidação das Leis do Trabalho;

.....

§ 9º-A. A regra contida na alínea p do § 9º aplica-se também a seguro de vida com cobertura por sobrevivência, inclusive os com tratamento fiscal específico, no caso de os recursos serem destinados ao pagamento de despesa relacionada à contraprestação de plano privado de assistência à saúde ou de seguro saúde, devidamente registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

.....” (NR)

Art. 3º O art. 63 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 63.”

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2002, os rendimentos auferidos no resgate de valores acumulados em provisões técnicas e no pagamento do capital segurado, referentes a coberturas por sobrevivência de seguros de vida, serão tributados de acordo com as alíquotas previstas na tabela progressiva mensal e incluídos na declaração de ajuste do beneficiário.

.....

§ 4º Nos planos em que o empregador participe, total ou parcialmente, do custeio, também será considerado rendimento, para fins de resgate e de pagamento do capital segurado, o montante dos recursos constituídos com o valor dos prêmios por ele pagos.

§ 5º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica aos rendimentos auferidos na aplicação dos recursos aportados no seguro, inseridos no valor destinado ao pagamento de despesa referente à contraprestação de plano privado de assistência à saúde ou de seguro saúde, devidamente registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, os quais ficarão isentos do imposto de renda na fonte e na declaração de ajuste anual - modelo completo.

§ 6º A isenção de que trata o § 5º: I — aplica-se somente à despesa referente à contraprestação de plano privado de assistência à saúde ou de seguro saúde de operadoras domiciliadas no Brasil e sujeitas à fiscalizadas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, desde que os recursos destinados para esse fim sejam a elas transferidos diretamente da operadora do seguro

mencionado no caput deste artigo, devendo ser garantida ao segurado e ao assistido a livre escolha do plano privado de assistência à saúde ou seguro saúde; II — comprehende também as despesas de que trata o inciso I deste parágrafo com dependentes e com alimentandos, neste caso quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial ou de acordo homologado judicialmente; III — não exclui a possibilidade de dedução, na declaração de ajuste anual - modelo completo, de despesas relativas à saúde do declarante, seus dependentes e alimentandos.

§ 7º A dedução de que trata o inciso III do § 6º deste artigo fica limitada ao valor que exceder os rendimentos isentos.

§ 8º Os seguros em que for aplicável a previsão mencionada no § 5º deste artigo: I — somente poderão ser cessionários, em pedidos de portabilidade de recursos, de importâncias oriundas de seguros contemplados com a mesma previsão; II — disporão, em suas condições contratuais, que os valores de solicitações de portabilidades e de pedidos de resgate não destinados ao pagamento de despesa referente à contraprestação de plano privado de assistência à saúde ou de seguro saúde deverão ser compostos, exclusivamente, por valores relacionados ao valor nominal e rendimentos de aportes que já estejam no plano por prazo mínimo, fixado em anos e contado da data do respectivo aporte, por normativo a ser expedido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados — CNSP.

§ 9º O Conselho Nacional de Seguros Privados — CNSP definirá as situações, entre as previstas na Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para efetivação de saques do FGTS, em que o segurado poderá solicitar resgate dos recursos da provisão matemática de benefícios a conceder, não se aplicando o disposto

no inciso II do § 8º deste artigo.” (NR)

Art. 4º O inciso VIII do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 6º**

.....

VIII – as contribuições e prêmios pagos pelos empregadores relativos a programas de previdência privada e a seguros de vida com cobertura por sobrevivência em favor de seus empregados e dirigentes;

.....” (NR)

Art. 5º Aplicam-se aos seguros de que trata o art. 63 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, as disposições da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

PROJETO ORIGINAL

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1296689&filename=PL+10/2015

(ÀS COMISSÕES DE ASSUNTOS SOCIAIS;
E DE ASSUNTOS ECONÔMICOS)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 119, DE 2015

(Nº 1.057/2007, na Casa de origem)

Acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 54-A:

“Art. 54-A. Reafirma-se o respeito e o fomento às práticas tradicionais indígenas, sempre que elas estejam em conformidade com os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal e com os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos de que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 1º É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios bem como das autoridades responsáveis pela política indigenista zelar pela garantia do direito à vida, à saúde e à integridade física e psíquica das crianças, dos adolescentes, das mulheres, das pessoas com deficiência e dos idosos indígenas de acordo com a legislação brasileira, inclusive com o auxílio de entidades e associações não governamentais.

.....

2º Os órgãos responsáveis pela política indigenista deverão usar todos os meios disponíveis para a proteção das crianças, dos adolescentes, das mulheres, das pessoas com deficiência e dos idosos indígenas contra práticas que atentem contra a vida, a saúde e a integridade física-psíquica, tais como:

- I** – infanticídio ou homicídio;
- II** – abuso sexual, ou estupro individual ou coletivo;
- III** – escravidão;
- IV** – tortura, em todas as suas formas;
- V** – abandono de vulneráveis;
- VI** – violência doméstica.

§ 3º Os órgãos responsáveis pela política indigenista também deverão garantir a proteção e o auxílio a qualquer pessoa, inclusive a membros das etnias que decidirem não permitir expor ou submeter crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e idosos a práticas que coloquem em risco a vida, a saúde e a integridade física e psíquica deles.

§ 4º Deverão os órgãos responsáveis pela política indigenista desenvolver projetos e programas que visem, em especial, à proteção e à defesa de:

- I** – recém-nascidos, crianças e adolescentes rejeitados por um dos genitores, familiares e/ou pelo grupo;
- II** – recém-nascidos, crianças, adolescentes e mulheres em casos de gestação múltipla;
- III** – qualquer membro da etnia com deficiência física e/ou mental;

IV – recém-nascidos, crianças e adolescentes rejeitados em virtude do sexo não desejado pela família ou grupo;

V – recém-nascidos, crianças e adolescentes, quando houver breve espaço de tempo entre uma gestação anterior e o nascimento em questão;

VI – recém-nascidos, crianças e adolescentes, em casos que excedam o número de filhos considerado apropriado para o grupo;

VII – recém-nascidos, crianças e adolescentes, quando esses possuírem algum sinal ou marca de nascença que os diferencie dos demais;

VIII – recém-nascidos, crianças e adolescentes quando esses forem considerados portadores de má sorte para a família ou para o grupo;

IX – recém-nascidos, crianças e adolescentes desnutridos, seja por falta de alimentos ou por terem sido impedidos de se alimentarem pela ideia de que eles sejam portadores de má sorte para a família ou para o grupo;

.....

X – recém-nascidos, crianças e adolescentes, filhos de pai ou mãe solteiros e/ou viúvos e gestantes por etnia e/ou aldeia, proporcionando a elas acompanhamento; e

XI – idosos.

§ 5º Os órgãos públicos, sobretudo o responsável direto pela saúde indígena, dentro de suas atribuições e em suas estruturas regionais, deverão manter cadastro atualizado de mulheres gestantes por etnia e/ou aldeia e proporcionar a elas acompanhamento e proteção durante todo o período gestacional

e, ao verificarem que a criança gerada corre risco de vida, poderão, com anuênciā da gestante, removê-la da aldeia, atendendo as especificidades de cada etnia.

§ 6º Os órgãos responsáveis pela saúde indígena deverão direcionar atenção especial às mulheres indígenas com gravidez de risco e às gestantes que sejam solteiras, viúvas, que foram abandonadas pelos companheiros ou que estiverem gerando:

I – mais de uma criança, no caso de gestação gemelar ou gestação múltipla;

II – criança diagnosticada com deficiência ou qualquer problema de saúde;

III – criança cuja paternidade seja duvidosa;

IV – criança considerada como excesso no número de filhos adequado para o grupo;

V – criança gerada em decorrência de estupro ou abuso sexual;

VI – criança que seja, por medo, ideia, ou superstição, considerada indesejada.

§ 7º É dever de todo cidadão que tenha conhecimento das situações de risco informar, notificar, comunicar ações e/ou atos que violam a vida, a saúde e a integridade física e psíquica de gestantes, nascituros, recém-nascidos, crianças, adolescentes, pessoa com deficiência, mulheres e idosos indígenas, por qualquer motivação, sob pena de ser responsabilizado na forma das leis vigentes.

§ 8º As autoridades descritas no § 1º deste artigo serão igualmente responsabilizadas, na forma das leis vigentes, quando

não adotarem, de maneira imediata, as medidas cabíveis para a proteção e defesa das crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e idosos indígenas em situação de risco.

§ 9º O comunicante de atos e ações que violam a vida, a saúde, a integridade física e psíquica dos indígenas terá garantida a preservação de sua identidade se assim desejar.

§ 10. Sem prejuízo das prerrogativas dos órgãos e autoridades constituídos para a defesa das crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e idosos no Brasil, caberão às ouvidorias dos órgãos que desenvolvem a política indigenista:

.....

I – receber as notificações e comunicados de infanticídio, homicídio, escravidão, tortura, abandono, abuso e exploração sexual, estupro, atentado violento ao pudor, maus-tratos e outros tipos de violência contra crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, mulheres ou idosos indígenas;

II – encaminhar imediatamente as notificações e comunicados ao Ministério Público e às demais autoridades competentes para a devida apuração da notícia de violação dos direitos dos recém-nascidos, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, mulheres ou idosos indígenas tipificada no inciso I deste parágrafo.

§ 11. Após a apuração dos fatos, preferencialmente acompanhada de estudos antropológicos e psicológicos, se constatada a disposição dos genitores, dos familiares ou do grupo em persistirem em práticas que coloquem em risco a vida, a saúde ou a integridade física dos vulneráveis, deverão os órgãos e autoridades competentes promover a retirada provisória deles do

convívio da família ou do respectivo grupo e determinar a sua colocação em lugar seguro, observando as especificidades de cada etnia.

§ 12. Após afastados definitivamente os riscos, é dever das autoridades indicadas no § 11 fazer gestões para promover o reingresso dos vulneráveis em suas comunidades de origem sempre que possível.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ORIGINAL

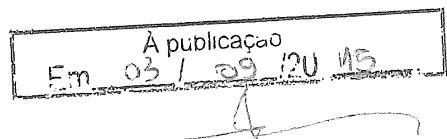
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;jsessionid=805742BC8958225A378D4B8E71777DCD.proposicoesWeb1?codteor=459157

(ÀS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA; E DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA)

COMUNICAÇÕES

SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

OF. GLPMDB nº 239/2015



Brasília, 02 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ***RENAN CALHEIROS***
Presidente do Senado Federal
70.165-900 - Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação da Senadora Lúcia Vânia para compor, como membro suplente em vaga existente do Bloco da Maioria, a Comissão Mista da Medida Provisória nº 677, de 2015.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.


Senador Eunício Oliveira
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Lúcia Vânia

A Publicação
Em ____ / ____ / ____

Memorando nº 94/2015 – GSLVAN

Brasília-DF, 3 de setembro de 2015

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Para os fins que Vossa Excelência achar necessário, legais e/ou de adequação dos documentos internos do Senado, informo que, no dia 26 de agosto passado, assinei minha ficha de filiação partidária ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) em cerimônia realizada na cidade de Goiânia, no auditório da Câmara Municipal.

Reafirmo a Vossa Excelência o meu apreço, colocando-me à sua inteira disposição.

Cordialmente,

Senadora LÚCIA VÂNIA

Socialismo e Liberdade
PSB Partido Socialista Brasileiro **40**

IDENTIDADE PARTIDÁRIA

me.
LUCIA | LUVÂNIA | ABRÃO |

FICHA DE FILIAÇÃO		Socialismo e Liberdade	PSB Partido Socialista Brasileiro
Diretório Municipal	PARTIDO SOCIA利ISTAS BRASILEIRO		
Nome	LUCIA VÂNIA ABRÃO		
Endereço	RUA SAMANHABAIAÇU Q.D.A H 3 - LT 07		
Bairro	ALPHAVILLE IPÊ		
Local de Trabalho	SENADO FEDERAL		
CPF	4.884.648	Identidade	UF GO
Profissão	JORNALISTA / SENADORA	Nº do Título	Nº 3427-55P-60
Filiação aprovada em	Local	Data	Telefone - Residência 62-3246.0677
DECLARO CONHECER E ACEITAR O ESTATUTO, MANIFESTO E PROGRAMA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB			

DADOS PESSOAIS

Socialismo
e
Liberdade

Nome: LÚCIA VÂNIA ABRALÓ

Nome da Mãe
RITA GONÇALVES ABRÃO

Data de Nascimento **Sexo** **Grau de Instrução**

151044 M K SUPERIOR
Profissão:
Instituição: UFGM

S U R I N A M I S H A G B E N D I O R
Endereço Residencial
RUA SANAMBALIACU 204AH

Bairro | bair'eu | 07 | a'lhau'i h'ke | i'pê |

Cidade _____ Estado _____
GOIÂNIA GO

CEP | 74884678 | Telefone | 62 | 32460677

Celular 0146196490044 | | | | | | | |

Zona	Secção	Protocolo Eleitoral
		28 02 810-1311
		CPF

19 | 21 | 50908332149
e-mail

1. Exerce ou já exerceu mandado eletivo? Em caso positivo, enumere-os. **GOU, DIC
SIM. DEP. FEDERAL; SEC ASSIST. SOCIAL NACIONAL; SENA**

2. Desempenha atividades em movimentos populares e/ou sociais? Quais? **DONA REPI
BAK**

3. Atua junto a entidade de classe? (Sindicato, Federação, Confederação) Quais?

4. Ocupa ou já ocupou funções em administrações municipais, estaduais e federais? Quais?

5. Já foi filiado a outro(s) partido(s)? Qual(

SIN.: PP/PMDB/PSDB

PSB Partido Socialista Brasileiro 40

Pago em _____ / _____ / _____

Digitized by srujanika@gmail.com

Banco do Brasil
Agência: 3604-8
Conta nº 412216-X

A Presidência designa as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia para integrarem, como suplentes, Bloco da Maioria, a Comissão Especial para propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional, criada pelo Requerimento nº 935, de 2015 (**Ofício nº 238, de 2015**).

É o seguinte o Ofício:



SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

OF. GLPMDB nº 238/2015

Brasília, 02 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal
70.165-900 - Brasília - DF

*-A publicação
Em 03/09/15*

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, comunico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a indicação da Senadora Sandra Braga – PMDB/AM e da Senadora Lúcia Vânia como Suplentes do Bloco da Maioria, na Comissão Especial destinada a “*propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional*”, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador Eunício Oliveira
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador José Maranhão, é um prazer vir a essa tribuna sob a sua Presidência.

Srs. Senadores, Sras Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, mais uma vez, para falar sobre o meu Estado, que nos preocupa demais. O Rio Grande do Sul passa por uma situação verdadeiramente dramática, não há uma melhor definição. Segundo estimativas da Secretaria Estadual da Fazenda, o Rio Grande do Sul deve fechar esse ano de 2015 com um rombo de R\$5,4 bilhões, isso é aflitivo para o governador do Rio Grande do Sul e muito preocupante a todos nós gaúchos.

Apesar das diversas medidas tomadas pelo Governador Sartori, a dívida consolidada é duas vezes maior do que a receita, ou seja, é o dobro da arrecadação anual.

Essa crise vivida pelo Rio Grande do Sul, Srs. Senadores, não foi gerada neste governo. Durante quatro décadas, as contas do Estado encontram problemas para serem fechadas. Entretanto, não pairam dúvidas de que os últimos anos contribuíram de forma determinante para o drama vivido nos dias atuais.

Em 1998, mediante a negociação com a União, as contas públicas gaúchas ganharam sobrevida, entretanto, o saldo de 247% – não há engano nesse número – do IGP-DI, índice então usado na correção dos valores da dívida, começou a inviabilizar a capacidade de adimplência do Estado. Hoje, só a dívida do Rio Grande do Sul com o Governo Federal é a maior do País – R\$47 bilhões – e consome 13% do orçamento todos os meses.

Como se isso não fosse o bastante, a folha de pagamento do Governo gaúcho disparou nos últimos anos. Desde 2005, o total gasto com o funcionalismo saltou de R\$8,5 bilhões para R\$24,7 bilhões. São números alarmantes, é claro. Como pode um Estado encontrar equilíbrio com uma folha tão alta entre salário e encargos?

O Rio Grande do Sul gasta – atentem, Srs. Senadores – 75,5% da sua receita com a folha de pagamento, incluindo servidores ativos, aposentados e pensionistas. Se entre 1970 e 1998, quando foi renegociada, a dívida gaúcha, cresceu 27 vezes, recentemente, todos os limites foram ultrapassados, e, por isso, a situação se agravou tanto.

Essa herança maldita que foi passada pelo governo último, o governo Tarso, foi uma dívida pública que hoje soma R\$61 bilhões. Em todos os meses, faltam R\$400 milhões para fechar as contas. O Estado deve fechar o ano com R\$5,4 bilhões de déficit, como já foi dito há pouco, principalmente em decorrência da dívida previdenciária, que é a verdadeira bomba fiscal do Rio Grande do Sul.

A situação é tão dramática que cada gaúcho já nasce devendo R\$4,4 mil. Quem paga pelo desequilíbrio fiscal das contas do Governo, portanto, são os próprios gaúchos, que não podem continuar a ser punidos por essa herança recebida do governo petista.

Naturalmente, o drama tem chegado, principalmente nos últimos meses, à vida das famílias do Rio Grande do Sul.

E aí estão os resultados de hoje: bloqueios nas saídas dos quartéis; policiamento escasso para guardar a segurança dos gaúchos; policiamento a cavalo limitado; cidades cada vez mais perigosas; dobrou o número de roubos de carros; e os poucos brigadianos que fazem o policiamento também enfrentam riscos mais altos. Isso sem falar no ensino, porque 90% das escolas públicas estaduais estão paradas.

Ontem, o Governador Sartori saiu de Brasília desolado depois de uma conversa com o Ministro do Supremo Marco Aurélio Mello, que acolheu o requerimento da União e bloqueou os repasses ao Rio Grande do Sul, assim asfixiando completamente o Estado. Esse Ministro Marco Aurélio não atendeu ao apelo candente do Governador.

A insensibilidade do Governo Federal, por outro lado, com nosso Estado é assustadora e decepcionante. O Rio Grande do Sul foi simplesmente abandonado pela Chefe da Federação. É bom lembrar que a União é uma entidade. A Federação é a mãe que reúne os filhos, as unidades federadas. Dilma, Presidente desta Federação, maltrata o povo gaúcho. A obrigação federativa da União seria de proteger e defender os entes federados, o que não acontece. Não tem agido dessa forma. Ao contrário, há mais do que apenas insensibilidade. Há descaso.

Nesse sentido, assinei Projeto de Lei Complementar que propõe mudança radical no índice de correção do valor da dívida dos Estados e Municípios com a União, visando principalmente ao Rio Grande do Sul. Fui acompanhado pelos nossos outros Senadores, Ana Amélia e Paulo Paim, e pela maioria de nossos Deputados Federais, que assinaram uma moção de apoio a essa medida de lei complementar.

Diante dessa situação, o Governador Sartori tem agido de todas as formas possíveis para evitar o pior – se é que ainda há o pior: cortes de gastos de cargos de confiança, extinção de secretarias e adoção de atos legislativos. Dez secretarias foram recentemente extintas no Governo gaúcho. O Governador deve ir além, desonerando o Estado mediante a venda de ativos e empresas públicas que pesam no orçamento do Estado. Uma atitude, evidentemente, que exige coragem e determinação.

Coragem é a palavra que sempre definiu os gaúchos, um povo aguerrido, virtuoso e empreendedor, capaz de levantar-se e enfrentar as suas batalhas com ousadia e bravura.

Digo isso, Srs. Senadores, para adiantar que nem tudo é pessimismo no Rio Grande do Sul neste momento.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador Lasier, quando possível, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não, Senador Cássio.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Primeiro, para trazer uma palavra de solidariedade ao povo gaúcho. O Brasil inteiro acompanha com muita preocupação tudo o que vem acontecendo no Rio Grande do Sul, um Estado que tem laços históricos de aproximação, de fraternidade com a minha querida e amada Paraíba. Estamos umbilicalmente unidos na nossa trajetória histórica, apesar de tão distantes geograficamente. Todo o esforço que o Governo do Estado vem fazendo se assemelha a episódios que tive a oportunidade de viver como Governador da Paraíba quando, a partir de 2003, quando assumi o honroso cargo de Governador, iniciei um processo de ajuste fiscal naquele Estado que, à altura, comprometia nada menos do que 14,7% de suas receitas com o pagamento da dívida pública e, ao cabo e término do meu mandato, esse comprometimento tinha sido reduzido a aproximadamente 7% das receitas. Quando assumi em 2003, para cada real que a Paraíba arrecadava, nós devíamos R\$1,30. Ao final do meu período, essa relação receita/dívida havia caído para R\$1,00 de arrecadação e R\$0,60 de dívida. Quero, além dessa palavra de solidariedade para que haja sensibilidade com o Estado do Rio Grande do Sul, dizer que a realidade do Rio Grande do Sul não difere de outras unidades federadas inclusive de Municípios e trago o exemplo do Prefeito do meu Partido, o Prefeito do PSDB, Romero Rodrigues, de Campina Grande que, diante da gravidade de crise, cortou o seu próprio salário em 40%, o salário do Vice-Prefeito, os salários dos cargos comissionados, tem adotado um conjunto de medidas para garantir que a cidade de Campina Grande possa cumprir com suas obrigações básicas, essenciais diante do descaso e do descompromisso que o Governo Federal demonstra com aquela cidade. Amanhã, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, estará na cidade entregando duas mil casas cuja construção e o projeto foi iniciado também ao tempo em que era Governador. Providenciamos o terreno para construção das casas, a chamada pública, a empresa Rocha Cavalcante foi a vencedora desse certame, o Banco do Brasil fez o financiamento. Então, é com muita alegria que vejo um projeto que nasceu, que foi trabalhado no meu mandato ainda de Governador, estar sendo concretizado nesse instante. Mas, há de fato esse descaso, essa insensibilidade do Governo Federal para com os entes federados. Então, pedindo desculpas por ter me prolongado um pouco no aparte, mas que fique consignado, que fique registrado, mais uma vez, não apenas a solidariedade deste Senador, mas do nosso Estado, que sempre teve com o Rio Grande do Sul laços históricos e características muito peculiares de coragem, de bravura, de determinação para enfrentar e vencer os seus desafios. O Rio Grande do Sul será, mais uma vez, mais forte do que esta crise, e saberá superar, com a força da sua gente, com a determinação do seu povo, este momento dramático de sua história.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado por seu aparte, Senador Cássio Cunha Lima, que reforça esse nosso sentimento de deceção com a desatenção do Governo Federal, o descaso com o Rio Grande do Sul, terra adotiva da Presidente da República. Não tem havido, até agora, nenhum aceno, nem um gesto, nem mesmo de solidariedade, quanto mais de apoio para aliviar essa crise tenebrosa e jamais vista no Rio Grande do Sul. Mas eu estava me preparando para dizer que nem tudo é pessimismo, Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Se permite um aparte também, Senador Lasier?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu só não cheguei no início de seu pronunciamento, porque representei V. Ex^a agora no Supremo Tribunal Federal, numa audiência da Cobap, que é a Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, numa audiência com o Ministro Fachin, para tratar de um tema muito caro também a outro colega nosso, o Senador Paulo Paim, que trata da desaposentação. Essa matéria está em julgamento no Supremo, já foram emitidos alguns votos, e eu queria, então, dizer-lhe que estava ali e falei em seu nome, que, também na representação, temos trabalhado em conjunto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Agradeço. Estava em outro compromisso, mas tinha conhecimento da sua presença lá.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – E eu queria, então, dizer a V. Ex^a que nós temos feito a nossa parte aqui nas questões do nosso limite de atuação. A reunião da Bancada do Rio Grande do Sul, inclusive, com uma agenda específica com o Ministro Joaquim Levy, e também a mobilização na iniciativa conjunta dos três Senadores com uma matéria que pode resolver não o problema do Rio Grande do Sul, mas, como disse o Senador Cássio Cunha Lima, o problema de outros Municípios e Estados que, da mesma forma, fizeram contratos com esse acordo da dívida, que, cada dia que passa, torna-se mais comprehensivelmente impagável. O juro cobrado é juro de usura, de agiotagem. E, embora respeitemos as regras do jogo, que é um contrato, não podemos quebrá-lo unilateralmente, entendemos que é preciso modificar os critérios desse acordo, conforme o projeto que nós assinamos, Senador Lasier Martins. Agora, essa questão me chama mais a atenção pelo fato de que o Governador do PMDB mereceria ter, do próprio Partido, também um apoio

solidário, partidário, afinal o Vice-Presidente da República é do PMDB. E eu recebi a informação de que o Vice-Presidente Michel Temer está conversando com o Ministro Joaquim Levy, que se dispôs a dialogar mais sobre o caso específico do Rio Grande. A situação do Rio Grande não é isolada; é a mais grave. Mas não é só o Rio Grande que está sofrendo isso. O Senador Cássio lembrou o caso de alguns Municípios. Lá no nosso Estado do Rio Grande do Sul, o Prefeito de Santa Cruz do Sul reduziu os salários dos secretários para sobrar dinheiro e poder pagar as despesas, os custos de educação e saúde. Em Canela, o Prefeito não pagou o salário dele para poder pagar aos servidores. Então, a situação é uma cascata, uma bola de neve, que está se avolumando, porque reduziram os repasses da União, que fez festa com o chapéu alheio durante muito tempo, e agora quem está pagando são os Estados e Municípios. O Rio Grande do Sul precisa de uma atenção. Um Estado tão rico, como é o nosso, realizará a Expointer agora, demonstrando a vitalidade do setor agropecuário, que é o único setor que está dando boas notícias para a economia brasileira. Então, eu queria me solidarizar com a manifestação de V. Ex^a e dizer que nós – Senador Paim, eu e V. Ex^a – temos aqui trabalhado intensamente para atender o nosso Estado do Rio Grande do Sul, que nós tanto queremos bem. E temos tido o apoio também do Senador Dário Berger, que já manifestou várias vezes essa solidariedade. Parabéns, Senador Lasier Martins!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado pelo aparte, Senadora Ana Amélia.

De fato, nós temos lutado em conjunto, procurando encontrar soluções para o Rio Grande do Sul. É uma das últimas medidas, a que me referi há pouco, é o projeto de lei complementar que procura reduzir o índice de correção da dívida do Rio Grande do Sul. Se nós conseguirmos êxito nesse projeto, nós teremos dado uma grande contribuição.

Mas eu estava começando a dizer, Senadora Ana Amélia, que nem tudo é pessimismo. Há coisas boas, e eu ia exatamente falar sobre a Expointer, em que certamente a Senadora vai estar amanhã, na inauguração oficial, às 10 horas. Eu também estarei lá prestigiando esse setor, que é a verdadeira salvação da lavoura do Rio Grande do Sul, o setor produtivo, o setor primário, que o nosso Presidente da Farsul costuma chamar de setor primeiro, porque, sem alimentos, não se vive. Esse é realmente o setor vital da nossa economia, que mostra a determinação da gente que trabalha no agronegócio.

Apenas e apesar da nossa economia tão diversificada, aí está a excelência do campo, que ensina como é possível criar riqueza, ser competitivo e eficaz nos momentos de crise como agora. Por isso, então, me orgulha estar acompanhando, amanhã estar presente, como estará também a Senadora Ana Amélia, na abertura oficial da 38^a edição da Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários, a Expointer, uma tradução da excelência do povo gaúcho. Um evento que movimentou mais de R\$2,7 bilhões no último ano, a maior parte no setor de máquinas e implementos agrícolas. Entre os dias 29 de agosto e 6 de setembro, assistimos a 500 eventos simultâneos no Parque Assis Brasil, em Esteio, e mais de 4,5 mil animais de 160 raças animais expostos na maior feira do Brasil deste setor.

A iniciativa privada, que busca sempre os caminhos da eficiência e boa gestão, pode servir de inspiração para os governos. No mês de maio de 2015, o Rio Grande do Sul exportou o montante de US\$1,582 bilhão, sendo US\$1,136 bilhão – 71%, portanto – provenientes do agronegócio. O saldo da balança comercial do Estado foi de US\$784 milhões, enquanto o saldo, Presidente Dário Berger, da balança comercial dos produtos provenientes do agronegócio foi de US\$1,087 bilhão.

Apesar de o setor ter sido afetado pela crise, dois dos principais grupos apresentaram crescimento nessa comparação: cereais e o fumo e seus produtos.

A qualidade do agronegócio gaúcho é reconhecida por todos os cantos do Planeta. Somente para a China, principal destino comercial do setor, exportamos US\$1,272 bilhão – 30,16% do total –, seguida pela Coreia do Sul, Vietnã e Estados Unidos. Exportamos para Ásia, União Europeia, Oriente Médio e Países Árabes, além do Mercosul, entre outros blocos e regiões.

A Expointer traduz nossa excelência, nossa garra, o espírito do povo gaúcho. Em momentos de crise é preciso lembrar-se daquilo que somos capazes e buscar inspiração em nossos empreendedores, que são a marca do Rio Grande do Sul. Foi pelas mãos de imigrantes que nosso Estado foi constituído.

Aqui nasceram grandes empresas, que geram uma infinidade de empregos. O universo que gira em torno do campo é a maior prova disso. Nada menos que 38% de nossa economia provêm do agronegócio, e inovação, dinamismo e competência são as marcas que acompanham o setor.

É isso que buscamos de nossos governantes hoje. Se o Estado tivesse sido dirigido dentro dessas premissas, não estaríamos enfrentando esta situação de penúria das finanças públicas que, hoje, atravessamos. Os princípios de nossos empreendedores deveriam ser mais bem absorvidos pelos Poderes Públicos como modelo de gestão: enxugar as despesas, focar na eficiência e evitar o desperdício.

Encerro, dizendo mais uma vez, quando lamentamos a crise das finanças do Rio Grande do Sul, que, felizmente, temos o agronegócio, que é, em última análise, como disse há pouco, a verdadeira salvação da lavoura gaúcha.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lasier Martins, o Sr. José Maranhão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pela ordem, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Consulto V. Ex^a, à guisa de solicitação, se poderíamos ter a abertura da Ordem do Dia,...

(Soa a campainha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ... para que o expediente pudesse ser cumprido, uma vez que está previsto, já para a tarde de hoje, o início da reforma deste carpete, que já não é trocado há mais de uma década, e estava programada, aproveitando o feriado do próximo dia 7. E os trabalhadores já me consultaram se poderíamos ter a Ordem do Dia, inclusive, a suspensão da sessão, para que esses serviços sejam feitos, de forma tal que, na terça-feira do nosso retorno, o plenário esteja apto a funcionar, até porque é, de fato, uma necessidade. Durante muito tempo, este carpete não é trocado, e muitos Senadores, inclusive, apresentam problemas de saúde.

Estive recentemente com o ex-Secretário-Geral da Mesa, hoje Ministro do TCU, Ministro Carreiro, que me relatava que, depois de décadas trabalhando neste plenário, contraiu uma bactéria, que o obrigou a fazer uma cirurgia. Então, temos aqui um ambiente insalubre. Realmente acho que deveríamos priorizar o início desse serviço.

Requeiro, então, a Ordem do Dia, quando expedientes serão lidos, e, se possível, o encerramento da sessão para que esses serviços sejam iniciados.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a sugestão de V. Ex^a, e vamos iniciar, então, Senador Cássio Cunha Lima, a nossa Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Declaro aberta a

ORDEM DO DIA

Existem matérias sobre a mesa que, conforme acordo de Lideranças, serão submetidas à apreciação dos Srs. e das Sr^{as} Senadoras para contagem de prazo.

Item 5:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 555, DE 2015

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 555, de 2015 (apresentado como conclusão do Relatório nº 1, de 2015-CN, da Comissão Mista, destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais), que *dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas que especifica, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre seu estatuto jurídico.*

A matéria tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum e será submetida a dois turnos de discussão e votação.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da sessão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para a segunda sessão de discussão, em primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Encontra-se também, sobre a mesa, que submeto à apreciação e informação dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras...

Item 6:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 74, DE 2013

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2013 (nº 90/2011, na Câmara dos Deputados, tendo como primeira signatária a Deputada Luiza Erundina), que *dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social.*

Parecer sob nº 335, de 2014, da CCJ, Relator ad hoc: Senador Álvaro Dias, favorável.

Encerrada a discussão, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para votação, em segundo turno.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS. Sem revisão do orador.) – Eu queria pedir a V. Ex^a a votação do Requerimento nº 849, deste ano de 2015, referente à reserva da data para comemorar os 120 anos do jornal *Correio do Povo*, jornal muito conhecido, muito tradicional, muito conceituado. São 120 anos do jornal *Correio do Povo*, que foi fundado em 1º de outubro de 1985.

A data prevista para essa cerimônia de comemoração seria o dia 23 de outubro de 2015, uma sexta feira, às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Lasier, havendo acordo de Lideranças, ao término da leitura dos expedientes, farei, então, a leitura do requerimento de V. Ex^a. Perfeito?

Senadora Ana Amélia, V. Ex^a deseja...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Eu queria, Senador, aproveitar, já que... Como nos disse o Senador Cássio Cunha Lima, dada a necessidade de economia do tempo, pois vão ter que fazer a troca dos carpetes aqui do plenário... Aliás, será bom, porque isso vai dar uma limpada nos ácaros que estão infernizando as vias respiratórias dos servidores, dos assessores, de todo mundo que frequenta o local – da segurança também. É importante, é um carpete de muito uso e também a temperatura é muito baixa aqui dentro – além disso, em Brasília, a umidade relativa do ar hoje estava menos de 40%. Então, a gente tem sofrido as consequências desse processo.

Mas eu queria, a despeito disso... O telespectador deve estar pensando: "O que essa Senadora está falando?" Eu quero que a população entenda como é que a gente vive aqui dentro deste ambiente também, compartilhar com as pessoas.

Eu queria apenas renovar... O Senador Lasier Martins já mencionou a relevância da Expainter. Na verdade, amanhã, na inauguração, é o último dia da feira... Amanhã, sexta feira, sábado e domingo, que é o último dia.

Realmente, a gente, passando pelos pavilhões da Expainter, percebe um clima completamente diferente deste da crise que nós estamos vivendo.

Eu estive com a Ministra Kátia Abreu, que estará amanhã lá, e ela estava me perguntando como é que era o ambiente e o clima, e eu disse: "O que eu vi lá é uma coisa um pouco diferente". Até porque, como disse bem o Senador Lasier, a agricultura, de um modo geral, é o único setor – e V. Ex^a, de Santa Catarina, também atesta isto – que vem dando boas notícias no meio desta crise – crise econômica, crise política, crise federativa, crise do déficit das contas públicas da União, dos Estados e Municípios. Portanto, o setor agropecuário precisa desse olhar mais atento dos governos, especialmente do Governo Federal, e a presença da Ministra amanhã vai ser relevante nesse processo.

Nós vamos estar na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da qual V. Ex^a é membro titular – para o meu orgulho – e também o Senador Lasier Martins, promovendo um debate, a partir das 14h, relativo à questão da defesa sanitária animal e vegetal. Este é um tema muito relevante para o País: a política nacional que trata dessa questão e da relação entre a União, os Estados e os Municípios nesse processo de fiscalização.

O Brasil hoje é o maior exportador – produtor e exportador – de carnes. Mas eu digo, Senador, que a maior parte da carne é produzida em princípios de alta qualidade, fiscalizados pelo famoso SIF, o Sistema de Inspeção Federal, o que dá ao consumidor brasileiro, em primeiro lugar, o privilégio de receber um produto de qualidade. Não é o produto de qualidade que vai para fora, ele fica aqui dentro, porque 90% ou 80% da produção são consumidos aqui dentro, no mercado interno. Então é preciso saber também isso.

Aliás, quando houve o episódio da vaca louca, o Canadá fez um carnaval com aquilo. Foi muito bom, porque, pela primeira vez, os brasileiros puderam ver... A televisão foi mostrar onde era o frigorífico, qual era o boi criado a pasto e que não havia nenhum risco, porque nós temos uma extensão de áreas que não tem a Europa, onde nasceu essa doença. Então, todo esse cenário mostra a relevância do tema.

Então, a defesa sanitária, a qualidade sanitária, seja da carne, seja das frutas... Santa Catarina e o Rio Grande têm maçã de excelente qualidade. Estive visitando São Joaquim, fui recebida com toda a atenção dos nossos amigos produtores de maçã e fiquei encantada, Senador Dário Berger. E o Rio Grande do Sul também, a minha terra – Lagoa Vermelha, Vacaria, Caxias do Sul e Antônio Prado –, tem áreas de grande qualidade, com produtos e frutas de grande qualidade.

Mas elas têm que ser certificadas, têm que ser fiscalizadas para que o consumidor aqui, que vai ao Ceasa, que vai ao supermercado, saiba que o produto nacional, o produto brasileiro – a carne suína catarinense, gaúcha ou paranaense, a carne de frango, a carne bovina – tem essa qualidade para o consumidor brasileiro. Não se pode ter a ideia de que só o que é bom vai para fora. Não, pelo contrário: a maior parte do que é feito é consumida aqui dentro, por este mercado. Então, eu queria renovar o convite e agradecer a V. Ex^a por essa disposição.

E queria renovar também a confirmação de que o Vice-Presidente Michel Temer já se reuniu mais de três vezes com Governador Sartori e com o Ministro Joaquim Levy para tratar dessa questão. Claro que se busca uma alternativa política, mas ela esbarra, exatamente, na questão dos contratos. E aí a gente vai, talvez com esse projeto, resolver essa questão.

Muito obrigada, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Mais uma vez eu cumprimento a Senadora Ana Amélia, uma Senadora das mais atuantes que nós temos aqui no Senado Federal.

Aproveito também para cumprimentar o Senador Lasier e o Senador Paulo Paim pela defesa intransigente dos interesses do querido Estado do Rio Grande do Sul, Estado irmão, amigo, que se encontra numa profunda crise.

Mas eu tenho certeza: com a colaboração e a participação dos atuantes Senadores que o Rio Grande do Sul tem aqui nesta Casa, haveremos de encontrar rapidamente um caminho para que o Rio Grande do Sul supere as dificuldades e volte a crescer e se desenvolver, que é o desejo não só dos gaúchos, mas também dos catarinenses e de todo o Brasil.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu, da minha parte, Senador Dário Berger, agradeço e me congratulo com V. Ex^a, que vem de um Estado que vive um bom momento. Tem as suas crises também, mas Santa Catarina é um Estado hoje decantado como um dos Estados mais prósperos, mais organizados e que tem atraído grandes investimentos. Nós nos congratulamos com essa prosperidade do nosso vizinho Estado, que para nós não é atraente apenas por suas praias privilegiadas, mas também pelo exemplo que está dando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Obrigado ao Senador Lasier.

Dando continuidade à Ordem do Dia, passo a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 98, de 2015

Item 7:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 98, DE 2015

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 98, de 2015, (apresentada como conclusão do Relatório Parcial nº 6, de 2015, da Comissão Temporária de Reforma Política, Relator: Senador Romero Jucá), que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Transitorias da Constituição para reservar vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas três legislaturas subsequentes.*

A matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas.

Estamos na segunda sessão de discussão da proposta em segundo turno.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão.

Há ainda a Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2012.

Item 9:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 2012 (Calendário Especial - Requerimento nº 970, de 2015)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador João Capiberibe, que *institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.*

Parecer sob nº 551, de 2015, da CCJ, Relator: Senador Aécio Neves, favorável, com a Emenda nº 3-CCJ (substitutivo), que oferece. As Emendas nºs 1 e 2 são consideradas inexistentes por não terem sido adotadas pela comissão, nos termos do art. 124, I, do Regimento Interno.

A proposta foi incluída na Ordem do Dia conforme calendário especial, nos termos do requerimento nº 970, de 2015.

A matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por 1/3, no mínimo, da composição do Senado, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno.

Segunda sessão de discussão da proposta e das emendas, em primeiro turno.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão.

Não havendo mais matérias, vou declarar encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Há o requerimento do Senador.

Então, Senador Lasier, submeto à apreciação das Sras e Srs. Senadores o requerimento de V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria apoiar o requerimento do Senador Lasier. Quero endossar seu requerimento porque é muito justa a homenagem que está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com o apoio da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Em sessão anterior foi lido o **Requerimento nº 849, de 2015**, do Senador Lasier Martins e outros Senadores – a Senadora Ana Amélia agora se faz representar –, solicitando a realização de sessão especial no dia 23 de outubro, sexta-feira, destinada a homenagear os 120 anos do jornal *O Correio do Povo*.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*).

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Requerimento nº 1.022, de 2015**, em aditamento ao Requerimento nº 407, de 2015, solicitando a prorrogação de prazo da CPI do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o Carf, até dia 18 de dezembro de 2015.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 1022, DE 2015

Senhor Presidente,

Em **aditamento ao Requerimento nº 407, de 2015**, que criou a **Comissão Parlamentar de Inquérito** destinada a apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do **CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados, resultando em sonegação fiscal da ordem de até R\$ 19.000.000.000,00 (dezenove bilhões de reais), **requeremos que seja PRORROGADO SEU PRAZO DE FUNCIONAMENTO até o dia 18 (dezento) de dezembro de 2015 e que sua previsão de gastos seja acrescida de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**.

JUSTIFICAÇÃO

Durante os trabalhos da CPI do CARF, foram identificados diversos participantes do esquema criminoso que lesou o Fisco em valores bilionários. A partir dessas informações, foram aprovados os requerimentos convocação e de quebra de sigilo fiscal, bancário, telefônico e telemático dessas pessoas, muitas das quais ainda não foram ouvidas, por absoluta restrição de tempo.

Atualmente, mais de 80 (oitenta) pessoas convocadas ainda não foram ouvidas e será, naturalmente, impossível ouvir todas elas caso a CPI do CARF realmente se encerre na data originalmente prevista, ou seja, em 19/9/2015.

Além disso, o curto espaço de tempo impedirá que sejam examinados todos os dados fornecidos a partir das quebras de sigilo aprovadas e também daqueles que foram compartilhados pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal que atuam na conhecida Operação Zelotes.

Por tudo isso, é fundamental para o êxito da CPI do CARF que seja aprovado o presente aditamento de requerimento, a fim de que o prazo de funcionamento da Comissão seja prorrogado até 18/12/2015, com o necessário suporte orçamentário complementar.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2015.

Senador ATAÍDES OLIVEIRA
Presidente da CPI do CARF

Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**
Senador **ALVARO DIAS**
Senadora **ANA AMÉLIA**
Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**
Senador **BENEDITO DE LIRA**
Senador **DONIZETI NOGUEIRA**
Senador **DOUGLAS CINTRA**
Senador **DÁRIO BERGER**
Senador **ELMANO FÉRRER**
Senador **FLEXA RIBEIRO**
Senadora **FÁTIMA BEZERRA**
Senadora **GLEISI HOFFMANN**
Senador **HÉLIO JOSÉ**
Senador **JORGE VIANA**
Senador **JOSÉ PIMENTEL**
Senador **JOÃO CAPIBERIBE**
Senador **LINDBERGH FARIA**
Senadora **LÍDICE DA MATA**
Senador **MAGNO MALTA**
Senadora **MARTA SUPLICY**
Senador **OTTO ALENCAR**
Senador **PAULO PAIM**
Senador **PAULO ROCHA**
Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
Senadora **REGINA SOUSA**
Senador **REGUFFE**
Senador **ROBERTO REQUIÃO**
Senador **ROBERTO ROCHA**
Senadora **SIMONE TEBET**
Senador **TELMÁRIO MOTA**
Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – O requerimento lido contém subscritores em número suficiente para prorrogar o prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do art. 152 do Regimento, e será publicado para que produza os devidos efeitos.

Concedo a palavra, na sequência de nossos trabalhos, ao distinto amigo e Senador atuante desta Casa Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Senador Dário Berger, grande amigo nesta Casa e Senador expoente – chegamos juntos e tenho, sem nenhuma dúvida, aprendido muito com V. Ex^a –, senhores telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, eu também sou solidário ao Senador Lasier por seu requerimento.

É mais do que justa a homenagem a um periódico que vem prestando um serviço fantástico naquele Estado que merece todo nosso carinho e todo nosso respeito. Quero parabenizar o Senador Lasier, que é do meu Partido e orgulha a mim e à família pedetista, por ter se colocado de forma muito contundente nas questões. Tem abraçado questões nacionais e as destaca como uma preocupação permanente do povo brasileiro, representando muito bem, como sempre o faz, aquele povo maravilhoso que é povo do Rio Grande do Sul. Eu quero parabenizá-lo.

Cumprimento também o meu amigo Dário, por quem tenho tanto carinho e respeito – ficamos até tarde em uma votação nesta Casa, que ontem era o foco do Brasil. Esta Casa, ontem, sem nenhuma dúvida, avançou em três pontos importantes e respondeu à população.

Primeiro: aquela vitória de a gente tirar o financiamento privado. Setenta e quatro por cento da população clamavam por isso nas ruas. Então, essa reforma – agora já pode ser chamada de reforma, porque antes, para mim, era um arranjo –, embora tenha suas deformações, veio ao encontro do anseio popular.

Depois, a janela – embora aqui seja ventilada como inconstitucional – que democratizou o sistema político no Brasil, porque hoje o Presidente da República, o Governador, o Prefeito e o Senador podem, livremente, mudar de sigla partidária, e os Deputados Estaduais e Federais estavam, com isso, presos. Então, foi feita uma emenda, uma proposta – aqui também aprovada – para que essas pessoas possam sair faltando 30 dias para terminar sua filiação. Então, ele cumpre seu mandato em um período maior. Digamos que sejam quatro anos, ele cumprirá uns três anos... Aí ele poderá, naturalmente, fazer sua opção. Quanto a isso, cabe a cada Parlamentar prestar conta a seus eleitores, porque é uma questão muito pessoal.

Vi também uma proposta no sentido da fidelidade programática que me agradou muito. É aquela em que, se o candidato fugir do programa do Partido, poderá perder o mandato e, se o Partido fugir do que foi proposto para o Parlamentar, este também terá o livre arbítrio de poder mudar de posição. Então, foram coisas que avançaram muito.

Há a questão também da coligação. Quando você faz a contagem dos votos, aquilo não deixa de ser uma proibição de coligação. Isso porque a coligação existe, mas a contagem é separada. Então, praticamente, não há nenhuma vantagem em fazê-la. Ao contrário, é até pior coligar com essa lei.

Eu queria aqui alertar o Brasil inteiro. Você coligar hoje – com a nova norma que passou aqui, ainda falta passar na Câmara dos Deputados e, depois, ir à Presidência, para ser sancionada – não vale a pena. Não vale a pena coligar, porque vai ser contada a quantidade de votos. Por exemplo, o Senador Dário é do PMDB e eu sou do PDT, nós coligamos; o meu Partido faz coeficiente, o Partido do Senador não faz o coeficiente. Ele é o mais votado, mas ele fica de fora. Ele fica de fora, então, não vale a pena coligar com essas novas regras, porque se você coligar, você pode ter o candidato mais votado da coligação, e ele fica de fora.

Assim, é muito melhor você ter a oportunidade de preencher todas as vagas do seu partido, porque aí, quando você coliga, você reduz pela metade, porque diminui. E se você não coligar, você tem a chance de sair de partido cheio, buscar o coeficiente e, com isso, nivelar ou, quem sabe, buscar pessoas do mesmo padrão, para que se possa, realmente, preencher.

Mas, Sr. Presidente, naturalmente, houve essas vantagens, mas houve outra grande desvantagem. Inclusive, terça-feira, eu vou fazer o pronunciamento de mordaça. Vou botar uma mordaça, porque o que eu entendi que fizeram com a amplificação de som – ao se tirar o carro da bicicleta, ao se tirar o carro de mão, ao se tirar o amplificador do professor, ao se tirar qualquer coisa que possa amplificar a sua voz, os carros de rua – é, no mínimo, promover a desigualdade, é tornar a política mais elitizada, é evitar que o cidadão simples, que veio de uma comunidade, que veio do sindicato, realmente possa ter uma ascensão política.

Já se reduziu o tempo de televisão – 90% do tempo de televisão é dividido entre os seis maiores partidos, que têm Parlamentares, ficando 10% para os demais, na proporcional. Ora, então o cara já tem, de 45, 35 dias de televisão. Além do mais, é facilitado para os partidos que têm o maior número, e você ainda não pode ir para a rua, não pode ir para uma feira, não pode ir para uma fila natural, não pode ir para a frente de uma fábrica, você não pode ir para lugar nenhum! Então, elitizaram, naturalmente. Essa foi, para mim, uma proposição feita olhando-se para o umbigo. Não olharam para o Brasil, não olharam para as pessoas, não democratizaram, não oportunizaram.

Então, terça-feira, eu quero fazer um pronunciamento nesse sentido, fazendo um protesto simbólico nesta Casa, respeitando a posição da Casa, mas simbolizando o que esta Casa acabou aprovando ontem, lamentavelmente, já muito tarde. Havia poucos Senadores, a gente acabou perdendo, por uma quantidade ínfima de votos, perderam milhares de pessoas que inclusive sobrevivem disso, sobrevivem nas cidades menores. Imaginei uma cidade onde você não tem televisão, onde você não tem rádio, como é que você vai levar as suas propostas para a população? Como é que você vai levar as suas condições de trabalho para essa população? Como é que você vai oferecer? À boca miúda? É impossível!

Então, com certeza, isso só favoreceu aos grandes e prejudicou substancialmente as pessoas menores, principalmente aquelas pessoas que não têm ainda um certo conhecimento, não têm uma certa popularidade; e o cidadão mais simples foi o prejudicado, ao meu ver, nesse art. 39.

Mas, Sr. Presidente, o que, de fato, me traz hoje aqui é que eu quero falar sobre a atividade pesqueira. Na sua região existe muito.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Ex^a me permite apenas... Sei que não que não devo aparteá-lo daqui da Presidência, mas...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O senhor sabe que é o homem criar norma e o homem quebrar norma; e é para o bem da República. V. Ex^a sempre pode.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Mas se V. Ex^a permitir, eu queria, também, expressar a minha grande satisfação de ter participado de uma sessão histórica, ontem, no Senado Federal, em que fomos até às 1h da manhã; na qual votamos, finalmente, a reforma política, que não foi a reforma dos nossos sonhos, mas foi um passo importante dado pelo Senado Federal.

Entre as matérias apreciadas, eu julgo extremamente relevante e importante a proibição definitiva, de forma cabal, do financiamento de pessoas jurídicas, porque hoje, atualmente, a consciência generalizada da sociedade brasileira é de que a corrupção que se instalou no País é resultado de uma relação de financiadores de campanhas com seus respectivos representantes.

Eu fico satisfeito porque o meu Partido liberou a Bancada para votar essa matéria. E eu votei essa matéria consciente da minha responsabilidade, Prefeito que fui durante 16 anos, e, efetivamente, recebi contribuições – recebi também contribuições de campanha, como todos nós aqui provavelmente recebemos. Mas, efetivamente, achei que foi o ponto alto da nossa reforma política, como também as dificuldades para se fazer coligações, como costumeiramente nós estamos observando.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – De maneira que quero lamentar aqui a questão do som volante, a questão que V. Ex^a aborda. A preocupação é extremamente relevante, porque vai dificultar a comunicação, principalmente dos mais humildes, dos mais simples, de divulgar o seu nome. Mas vamos continuar discutindo essas matérias. Nada é definitivo, a não ser a morte. Não é verdade, Senador Telmário? V. Ex^a pode contar comigo, seu parceiro, para que possamos aqui honrar os nossos mandatos e construir uma legislação que seja firme, forte, definitiva para os próximos 10, 20, 30 anos. Parabéns a V. Ex^a por essa matéria.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Senador Dário. Sempre nas sessões sentamos casualmente juntos e ficamos confabulando tudo com relação ao nosso País, à situação econômica, à situação política, a crítica moral, a crise ética. Debatemos essa crise que hoje assola o Brasil constantemente. Trocamos ideias dos extremos, de Santa Catarina a Roraima, integramos esse Brasil continental.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, em dezembro do ano passado, o Ministério da Pesca e Aquicultura inaugurou, em Boa Vista, capital do meu querido Estado de Roraima, a nova sede da Superintendência Federal de Pesca e Agricultura.

Eu estava presente na solenidade e pude atestar como o novo prédio é amplo, moderno, bem construído, climatizado, com ótimo auditório e excelente estacionamento. Uma prova incontestável de prestígio demonstrado pelo Governo Federal para com a atividade pesqueira em Roraima, que, pela sua importância, merece, sim, um espaço digno de administração.

Porém, mais do que edificações novas em folha, que são muito bem-vindas, o pescador do meu Estado quer mesmo é incentivo eficaz para a sua atividade. Principalmente agora, Sr. Presidente, em tempos de crise econômica generalizada no Brasil, quem vive da pesca no País, em particular no Estado de Roraima, precisa se sentir amparado pelo Poder Público para seguir produzindo, sustentando a família, gerando empregos e movimentando a economia regional.

Alguém pode perguntar: por que o Governo deveria dedicar especial atenção à atividade pesqueira no Brasil, diante de tantas demandas de tantos outros agentes econômicos com maior ou menos importância na composição do PIB brasileiro? É possível responder à indagação invocando diversos motivos. Um deles, contundente, é o aumento do consumo de pescado no País, que mais que dobrou nos últimos dez anos, segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura. A Organização Mundial da Saúde também atesta esse crescimento e ainda recomenda o consumo de peixe, tido como um dos alimentos mais saudáveis e ricos em proteína entre todos os disponíveis no mercado.

Vou mais longe: a atividade pesqueira é, das que envolvem criação de animais para abate, uma das que menos agride o meio ambiente e que mais contribui para o equilíbrio ecológico. Seu pequeno impacto ambiental nem se compara ao da criação de gado, por exemplo, que, embora também importante, é absurdamente intensiva, exigindo demais da terra e da vegetação para produção de pasto, além de não prescindir de vultosos recursos econômicos do produtor particular e do próprio Governo.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senador Telmário, o senhor me concede um aparte?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – V. Ex^a, que tão bem representa o Rio de Janeiro e que orgulha esta Casa, um homem extremamente versátil, que sai da religião para a música, para o livro, um homem intelectual, honra-me muito com seu aparte.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Senador Telmário, eu vim aqui ao plenário, ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a, apenas para parabenizá-lo. Não foi à toa que Jesus não multiplicou o porco nem o boi. Jesus multiplicou o peixe. Um peixe come 1,5kg de ração e engorda 1kg. O boi é um guloso: come 40kg para engordar 1kg. O porco come 7kg, o frango, 6kg. V. Ex^a está aqui, nesta Casa, mostrando uma riqueza que o Brasil esquece. Nós poderíamos estar produzindo 20 milhões de toneladas de peixe e estamos produzindo 2 milhões. Eu estou ao seu lado e assino qualquer propositura de sua iniciativa para nós aumentarmos a produção de pescado no nosso País. Parabéns, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Muito obrigado. Eu sempre digo: o homem, para ser sábio, tem que ler muito a Bíblia. E isso, o Senador Crivella faz como ninguém. Ele vai buscar, na história da humanidade, uma resposta para hoje, complementando a nossa fala aqui. Muito obrigado, Senador.

Tem mais: a atividade pesqueira é essencialmente um nicho de pequenas empresas, em geral familiares, que exigem baixo investimento individual e colaboram com a geração de empregos. Uma pequena empresa, todos sabem, seja no campo ou na cidade, não tem condição de gerar sozinha muitos empregos, senão não seria pequena.

Os empregos que gera, entretanto, são mais estáveis, pois é da natureza da pequena empresa ser mais enxuta e flexível de administrar, o que explica a sua boa resistência às recorrentes intempéries da economia brasileira. As pequenas empresas contam com minha simpatia e incentivo, evidentemente, em especial aquelas que se dedicam ao setor da pesca.

Por fim, quero reforçar o pedido ao Governo Federal que incremente os incentivos à atividade pesqueira. Reconheço que muito já foi feito. Eu mesmo fui testemunha, na inauguração da Superintendência Federal de Pesca em Boa Vista, dos diversos projetos do Governo no setor. É digna de nota, por exemplo, a implantação do Sinesp (Sistema Nacional de Informações da Pesca e da Aqüicultura), ferramenta que muito auxilia no controle e monitoramento das atividades pesqueiras.

É preciso muito mais, todavia. É preciso que o Governo se aproxime cada vez mais do pequeno produtor...

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Já termino, Sr. Presidente.

Lá na ponta da cadeia produtiva, ouça o que ele tem a dizer. Só assim daremos saltos de qualidade realmente visíveis no setor e impulsionaremos uma atividade tão digna e tão fundamental para a economia brasileira.

É por isso, inclusive, Sr. Presidente, que eu vou voltar a esta Casa, para defender o pré-sal como agente também financiador desse segmento. Em vez de você dar o peixe, dê o caniço. Nós temos que colocar a nossa área rural, o homem do campo, para que ele possa produzir, seja em Tocantins, seja em Roraima, seja em seu querido Estado de Santa Catarina, onde quer que seja. É necessário que nós, dia a dia, possamos incentivar o homem, colocar muito mais uma boa alimentação, uma alimentação de qualidade na mesa do consumidor brasileiro, exportar o nosso excedente, buscar recursos novos, para crescer a nossa economia, para recuperar a nossa economia, para gerar renda, para gerar emprego.

O Brasil ainda precisa investir muito, precisa produzir muito, produzir bastante, produzir para abastecer as nossas necessidades, mas, sobretudo, para abastecer também as necessidades mundiais.

Portanto, Sr. Presidente, eu agradeço, mais uma vez, a gentileza de V. Ex^a, permitindo-nos ultrapassar um pouco esse tempo, mas a matéria exigia isso, uma matéria importante, hoje, nesta quinta-feira, depois de um dia exaustivo, um dia de labuta, como diz o cidadão brasileiro.

Ontem, nós saímos daqui de qualquer sorte, uns desapontados, outros mais alegres, mas nós saímos daqui com a tarefa cumprida. Eu quero parabenizar o Senador Renan, eu quero parabenizar a comissão, que fez e elaborou. Quero também parabenizar, sem nenhuma dúvida...

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... o Presidente, Senador Jorge Viana, e o Relator, que também, de qualquer forma, democrático, deixou que a Casa debatesse exaustivamente – ficou muito a critério aqui. Embora a matéria tenha sido concebida pelo Relator, ele deixou que o Plenário decidisse. Exaustivamente, foram debatidos todos os requerimentos. Portanto, quero aqui parabenizar, mais uma vez, esta Casa, embora ficando sempre o meu registro de que sacrificaram os carrinhos de som do povo humilde do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Mais uma vez, meus cumprimentos ao Senador Telmário Mota, legítimo representante de Roraima. Eu posso testemunhar aqui a sua energia, o seu

entusiasmo e a sua alegria de aqui bem representar o seu povo e a sua gente. Tenho muito orgulho de ser seu amigo, seu parceiro. V. Ex^a está com pinta de governador já. Já estou sentindo que V. Ex^a...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Hoje é quinta-feira, amanhã é sexta-feira santa, que os anjos começem a dizer amém. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Um abraço para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Roberto Rocha, do PSB, eu informo ao Plenário que, tendo em vista a deliberação, na sessão de ontem, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2015, ficam prejudicados os **Projetos de Lei do Senado n°s 440, 442, 464, 481 e 482, de 2015, e 474, de 2015**, também, complementar.

As matérias vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu submeto à apreciação dos Srs. Senadores e das Sras Senadoras os **Requerimentos n°s 996, 999, 1005 e 1024, de 2015**, dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Requião, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, por meio dos quais solicitam, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar de reuniões do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai, e comunicam, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estarão ausentes do País durante essa missão oficial.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – **Requerimento n° 1.003, de 2015**, do Senador Jorge Viana, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, em missão oficial no dia 21 de setembro do corrente ano, na condição de membro titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, das atividades do ciclo de debates sobre a situação atual da indústria de defesa brasileira na cidade de São Paulo, nos termos do Requerimento nº 62, de 2015.

Esse é o requerimento que submeto à apreciação das Sras e dos Srs. Senadores.

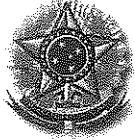
Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – **Requerimento n° 1.021, de 2015**, sobre a mesa, do Senador Zeze Perrella, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 19 a 28 de setembro do corrente ano para participar de visita oficial ao Parlamento italiano, conforme indicação da Presidência do Senado Federal, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País nesse período.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Zeze Perrella**

*Aprovado
Em 3/9/2015*

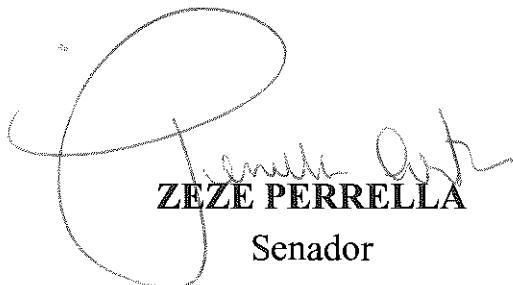
REQUERIMENTO N.^o 1021 DE 2015

[Signature]

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, inciso 1, do Regimento Interno, autorização para desempenhar missão no exterior, com ônus para esta Casa e por indicação desta Presidência, para participar de visita oficial ao Parlamento Italiano. A recepção ocorrerá no *Palazzo Montecitorio*, sede da Câmara dos Deputados, entre os dias 19 e 28 de setembro do corrente ano, conforme convite anexo.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 39, inciso 1, do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 19 a 28 de setembro para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 2015.


ZEZE PERRELLA
Senador

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – As Sras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Por último, o **Requerimento nº 995, de 2015**, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos desta Casa no período de 14 a 17 de setembro do corrente ano para participar de 20º Encontro do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral, no Dia Internacional da Democracia, a realizar-se em Estocolmo, Suécia, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 12 a 20 de setembro do corrente ano.

Submeto o requerimento à apreciação das Sras e dos Srs. Senadores.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Dando continuidade aos nossos trabalhos, concedo a palavra ao eminente Senador Roberto Rocha, que tem o tempo regimental necessário para fazer o seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Dário Berger, eu quero cumprimentá-lo e, ao fazê-lo, cumprimento os nossos colegas Senadores e todos.

Eu quero aqui brevemente fazer um agradecimento – essa realmente é a palavra adequada – aos colegas Senadores que ontem acolheram, por maioria, uma emenda de nossa autoria que disciplina o que chamamos de “farra” dos partidos políticos no Brasil.

A sociedade brasileira e, junto com ela, as instituições estatais competentes, como o Tribunal Superior Eleitoral, já há algum tempo, entenderam que era preciso conter esse abuso. E se disciplinou que o detentor de mandato eletivo não pode mudar de partido, salvo três exceções. Numa delas, abre uma janela para a criação de novos partidos, a fusão etc. Isso fez germinar no Brasil uma quantidade imensa de partidos, proliferando partido para todo o canto, de toda natureza. Atualmente, o Brasil tem em torno de 40 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, e outros 30 ou 40, em processo de criação, tramitam no Tribunal Superior Eleitoral. Há partido de todo tipo. Há o Partido Pirata. Acreditam? O Partido Pirata do Brasil. Há o Partido do Corinthians, do Vasco, Flamenguista e assim por diante. É inadmissível que alguém que se eleja para o mandato parlamentar de vereador ou de Deputado, no início do seu mandato, mude de partido por conta de uma janela que a criação ou a fusão de um partido proporciona. Nós fizemos um projeto de lei, Presidente, para que isso que está na regulamentação do TSE viesse para a lei, apenas fechando essa janela, mas também não engessando ninguém. Entendemos que não dá para botar na camisa de força o detentor de mandato eletivo para que ele possa mudar de partido só no caso de perder uma eleição. Seria algo inimaginável. De tal modo que abrimos uma janela no final do seu mandato. Por exemplo, um Deputado é eleito por um partido em 2014, com o mandato indo até 2018; então, em 2017, no mês anterior ao prazo final, que é um ano antes das eleições, ele tem a opção de mudar para o partido que ele bem desejar. E quem vai fazer o julgamento disso é a população. Entendemos que essa regra é muito mais democrática e permite muito melhor a livre escolha dos que desejam enfrentar as urnas.

O Senado Federal enfrentou esse tema ontem. Houve alguma controvérsia em relação à questão formal da legalidade da proposta, da constitucionalidade da proposta. Eu entendo que regra atual é uma resolução. Ora, nós estamos discutindo aqui uma mudança na lei dos partidos políticos, a Lei nº 9.096, que é uma lei ordinária. Lei ordinária se muda com lei ordinária, não com lei complementar, nem com emenda constitucional. Não está escrita na nossa Constituição a questão da fidelidade partidária. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal deliberou sobre a questão em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, decidindo que os cargos majoritários são dos detentores do mandato – Senadores, prefeitos, governadores e Presidente –, mas os cargos proporcionais, não. Por quê? Porque há uma regra da proporcionalidade. Então, por uma via reflexa, transversa, pode haver o entendimento de que o Supremo decidiu sobre essa questão de partidos políticos. No nosso entendimento, não. Muito bem. O Senado Federal deliberou e aprovou a matéria. E nós ficamos muito gratos e agradecidos aos nossos colegas. Acho que, repito, é uma medida que o Congresso Nacional já devia ter enfrentado e disciplinado há muito tempo.

Sr. Presidente, um segundo assunto. Nesta semana, o Ipea lança para o Brasil um novo índice para medir a qualidade de vida das pessoas. É o IVS (Índice de Vulnerabilidade Social). Esse índice que foi anunciado nesta semana é composto por 16 indicadores estruturados em três dimensões: as dimensões de infraestrutura-

ra urbana, do capital humano e da renda e do trabalho. A base de dados para comparação da evolução dos resultados foram os Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010. O IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) é um índice que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo a 1, maior é a vulnerabilidade social do Município. Foi definida uma escala em que os Municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,2 são considerados como possuindo muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,2 e 0,3 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,3 e 0,4 são de média vulnerabilidade social, ao passo que os com IVS entre 0,4 e 0,5 são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor acima de 0,5 indica que o Município possui muito alta vulnerabilidade social.

E quais os resultados obtidos? A primeira notícia é muito alvissareira.

Eu cumprimento aqui os jovens e estudantes que nos dão alegria de participar desta sessão.

A primeira notícia é muito alvissareira: o País, na média, avançou no período de 2000 a 2010. Em 2000, o Brasil apresentava o IVS igual a 0,446, ou seja, na escala adotada, estávamos na faixa de alta vulnerabilidade social. Passados dez anos, a vulnerabilidade social foi reduzida para 0,326, portanto, média vulnerabilidade. Avançamos 27% na direção virtuosa da menor vulnerabilidade.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o estudo acentuou gravíssima disparidade regional que permanece uma ferida aberta em nossa história. Para se ter uma idéia, as Regiões Sudeste e Sul – regiões de V. Ex^as, que são de Santa Catarina e Espírito Santo – abrigam juntas 83,1% dos Municípios de baixa vulnerabilidade social. As Regiões Norte e Nordeste, somadas, têm apenas 3,6% dos Municípios nessa faixa. Os demais 13,3% correspondem a Municípios da Região Centro-Oeste. É um dado, no mínimo, dramático. Nenhum Município da Região Norte encontra-se em situação de muito baixa vulnerabilidade social, e apenas um Município da Região Nordeste, Fernando de Noronha, figura nessa faixa. Naturalmente, no sentido inverso, 72,4% dos Municípios de muito alta vulnerabilidade estão no Nordeste. Do total de Municípios nordestinos, 80,1% estão nas duas faixas mais altas da vulnerabilidade social. O IVS da Região Nordeste é de 0,784, o pior do País.

Caminhando para o final, eu lamento constatar que, dentro do Nordeste, a maior parte dos Municípios vulneráveis está no meu Estado, o Estado do Maranhão, e também no Estado de Alagoas. Dos 5.565 Municípios brasileiros, o mais vulnerável fica exatamente no meu Estado do Maranhão, Fernando Falcão, na região central do Estado, cujo índice é 0,784. Esse Município contrasta em tudo com o Município de Luzerna, no Estado de V. Ex^a, Senador Dário Berger, o Estado de Santa Catarina, que tem o IVS de apenas 0,090.

Alagoas e Maranhão apresentam o maior percentual de Municípios nas duas faixas de maior vulnerabilidade social: 96,1%, em Alagoas, e 95,4%, no Maranhão. No meu Estado, 78,8% dos Municípios se encontram na faixa de muito alta vulnerabilidade social.

Quando olhamos o mapa do Nordeste, o Maranhão é quase todo vermelho – quase todo vermelho –, com pequenas manchas, especialmente na região sul, onde prevalece o agronegócio, com agricultura em escala, monocultura, agrupa poucas pessoas, mas, ainda assim, é uma atividade econômica. É a única região do Maranhão que não está em vermelho, que é a pior condição de vulnerabilidade social.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, faço este registro neste início de tarde com a alegria de ver que o Brasil melhorou, mas com a tristeza de ver que o meu Brasil, que é o Maranhão, piorou e está numa situação de muito alta vulnerabilidade.

Encerro dizendo que o maior desafio do País, hoje, é enfrentar essa tragédia da desigualdade regional. Temos dois países distintos. Os índices sociais clamam...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – ... por uma ação enérgica, um pacto para o enfrentamento dessa realidade que verdadeiramente nos consegue perante o mundo.

Obrigado a V. Ex^a.

Obrigado aos estudantes que estão aqui hoje participando desta sessão do Senado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Só um minutinho, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu que agradeço, Senador Rocha, por abordar esse tema.

Quero parabenizá-lo pela emenda que V. Ex^a apresentou e que saiu consagrada ontem daquela sessão histórica.

Parabéns a V. Ex^a! Eu também fiquei muito satisfeito com a reforma política aprovada aqui.

Quero parabenizar o Senador Renan, nosso Presidente, e o Senador Romero Jucá também, que foi...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – E o Senador Jorge Viana, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – E o Senador Jorge Viana, que foi o Presidente da Comissão e elaborou o projeto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA. *Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Enfim, quero parabenizar todos nós, porque, afinal de contas, o povo brasileiro estava esperando pela reforma política.

E eu participei ativamente até o final dos trabalhos e tive o prazer de mencionar ao Senador Telmário Mota a minha satisfação de, ao final, ver aprovada a emenda que eliminou definitivamente essa desconfiança que paira hoje sobre as nossas campanhas eleitorais – que está relacionada fundamentalmente com o financiamento privado de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais –, dentre outras de que V. Ex^a participou.

Quero aproveitar para parabenizar V. Ex^a, que tem sido um Senador muito atuante aqui no Senado Federal.

Aproveito, com muita satisfação, para registrar a presença dos alunos do Ensino Fundamental do Colégio Santo Antônio, da Cidade Ocidental, aqui de Goiás, que trazem um relevo todo especial à nossa sessão de hoje.

Muito obrigado pela presença, sejam todos bem-vindos. Fiquem à vontade.

Dando continuidade ao nosso trabalho, vamos ao próximo orador inscrito. Trata-se do Senador...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... Donizeti Nogueira, a quem, em seguida, concederei a palavra.

Antes, porém, concedo a palavra, por questão de ordem, ao Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei bem breve, Sr. Presidente, para não atrapalhar o nosso orador, o Senador Donizeti.

Quero só fazer um registro. A Agência de Notícias da Polícia Federal, com relação à Operação Zelotes, deflagrada em março deste ano, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)... O Senado Federal tem em andamento uma CPI, que é presidida por mim e tem como Relatora a competente Senadora Vanessa Grazziotin.

A Agência de Notícias da Polícia Federal, hoje, dia 3 de setembro de 2015, cumpre novas buscas da Operação Zelotes.

A Polícia Federal, em conjunto com a Corregedoria do Ministério da Fazenda e Receita Federal, cumpriu hoje, três novas buscas no âmbito da Operação Zelotes. O objetivo é arrecadar documentos contábeis de algumas empresas investigadas para auxiliar as análises e perícias do interesse da investigação que apura denúncias de manipulação em julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Estão sendo cumpridos nove mandados de busca e apreensão em escritórios de contabilidade, sendo cinco em Brasília/DF, um em São Paulo e três em Santo Ângelo/RS. Também foi solicitada a quebra de sigilo fiscal, bancário e telemático de todo o material apreendido.

Com essas medidas, os investigadores esperam ter acesso a materiais que possam reforçar as provas sobre o envolvimento de 12 empresas e 11 pessoas físicas no esquema fraudulento que vinha causando potenciais lesões aos cofres públicos.

E, hoje, Sr. Presidente, tivemos uma reunião onde ouvimos um inquirido, um convocado por nome de Hugo, que trabalhava num escritório onde concentrava essa quadrilha e que pode dar informações precisas aos trabalhos, hoje, da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito do Carf.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Muito obrigado, Senador Donizeti, pela tolerância!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a V. Ex^a e concedo, então, a palavra ao Senador Donizeti Nogueira.

V. Ex^a, com a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Dário Berger, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, na terça-feira, falei aqui sobre a crise internacional e a crise brasileira.

Hoje, neste início de tarde, quero falar um pouco do nosso Estado do Tocantins e sobre os esforços que vêm sendo feitos pelo Governador Marcelo Miranda, para conduzir bem o nosso Estado.

Se a situação do Brasil está difícil, a do Estado do Tocantins não é diferente; pelo contrário, é pior, porque o atual Governo, coordenado pelo Governador Marcelo Miranda, recebeu um Estado com terra arrasada, sem o pagamento do mês de dezembro, com medidas tomadas pelo Governo anterior de favorecimento no crescimento da folha de pagamento de forma exorbitante, que levou, desde o início, com o zelo e com o cuidado

peculiares ao Governador Marcelo Miranda, a tomar medidas difíceis, mas corajosas, para assumir o comando e controlar o nosso Estado, no sentido de recuperar sua capacidade de execução das políticas públicas necessárias ao nosso povo.

Essa conjuntura indesejável do momento atual, que levou o nosso Governador Marcelo Miranda a anunciar medidas severas para o reequilíbrio fiscal do Estado, cujo êxito depende do incremento das receitas, medidas que afetam de certa forma o bolso do contribuinte, é objeto de muitas críticas dos adversários da oposição. A oposição ao atual Governo do Estado é, na verdade, composta dos derrotados da eleição do ano passado que estavam no governo e promoveram verdadeiros descalabros nas finanças públicas do Estado.

Mas essa crítica tenta, como objetivo, desestabilizar o Governo Marcelo Miranda. E mais, esconder as falcatruas, os erros e as incompetências praticadas no exercício de governo passado. Mas o Governador Marcelo Miranda, corajosamente, vem tomando medidas que têm como objetivo sanar as finanças do Estado.

Ao contrário das críticas feitas pela oposição, as medidas anunciadas pelo Governador não tratam somente de onerar ainda mais a população e aqueles que trabalham em prol do crescimento do nosso Estado. Ao contrário, o pacote anunciado também inclui corte de despesas na máquina pública. Quanto aos tributos de competência do Estado, serão aumentadas as alíquotas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, as críticas porventura advindas dos oposicionistas ao Governo do Tocantins devem ser consideradas e motivadas, pois as medidas foram tomadas depois de ouvidos os representantes das mais diversas atividades produtivas, setores ligados aos trabalhadores.

O governador determinou ao Secretário de Fazenda do Estado do Tocantins, Paulo Afonso Teixeira, que levasse em consideração as recomendações feitas pelos empresários e trabalhadores antes de proceder aos ajustes na arrecadação.

O Secretário da Fazenda, por sua vez, disse que o governo esclareceu a importância do equilíbrio das contas públicas e que a reunião foi de extrema importância para a definição das medidas relacionadas aos tributos. Afirmou, ainda: "Vamos construir uma proposta a partir de discussões, para que possamos contar com o apoio e a aprovação na Assembleia Legislativa, onde será analisada e votada pelos deputados."

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, foi nítido o apoio dos representantes da sociedade envolvidos no debate, o que desqualifica as críticas infundadas recebidas dos oposicionistas.

Fabiano do Vale, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Palmas (Acipa), assim se manifestou sobre o fato de Marcelo Miranda ter chamado os segmentos produtivos para discutir: "Foi bom o governador nos convocar para discutir essas medidas. Queremos apoiar, estar juntos ao governo e fazer com que as coisas funcionem." – fecha aspas. E foi secundado por Itelvino Pisoni, Presidente da Federação do Comércio do Estado do Tocantins (Fecomércio), que também elogiou a iniciativa do governador: Abre aspas – "O encontro foi excelente. O governador abriu as portas para discutir, não só esses pontos em questão, mas também outros pontos em outras ocasiões."

Porém, como é humanamente impossível agradar a gregos e troianos, as reformas anunciadas pelo Poder Executivo para melhorar as finanças do Tocantins sofreram duras críticas na sessão plenária da Assembleia Legislativa do dia 26 de agosto, críticas, do meu ponto de vista, indevidas porque aqueles que ocuparam a tribuna para criticar são os responsáveis, indireta ou diretamente, pelo descalabro que vive o Estado nesse momento, porque eram partícipes no governo passado.

O item que mais recebeu críticas foi o aumento das alíquotas do ICMS para os setores produtivos e o comércio. Ora, se os próprios empresários deram seu aval às medidas, então, é porque elas são necessárias e, sobretudo, suportáveis, e eles estão dispostos a contribuir para o Estado neste momento.

O Deputado Olyntho Neto, do PSDB, entende que as classes produtoras do Estado precisam de incentivos e não de aumento de impostos.

Outra voz de peso no Estado, como o Deputado Osires Damaso, Presidente da Assembleia, realça a necessidade de um amplo diálogo com a sociedade e que a Assembleia Legislativa está aberta para dar voz à população tocantinense: "Vamos ouvir e debater as carências de cada segmento produtivo, pois sabemos que esses setores não aguentam mais aumento de carga tributária".

Ora, Sr. Presidente, corretamente o governador conversou com os setores produtivos, discutiu o problema pelo qual passa o Estado. E aqui merecem elogios os dirigentes empresariais dos nossos Estados, os empresários que toparam fazer parte do processo de recuperação do Estado, que foi destruído por esses que hoje vêm à tribuna criticar o Governador Marcelo Miranda, aqui, no Congresso e lá na Câmara Legislativa. Nós só temos elogios a fazer ao Governador Marcelo Miranda pela atitude democrática em discutir com os setores da sociedade e os setores produtivos as necessidades do Estado, que têm sido muito peculiares nos governos do Governador Marcelo Miranda; por promover um debate aberto, franco, claro, que não esconde as dificuldades e que busca construir soluções de forma coletiva.

Por isto, neste momento, no Estado, neste período, está acontecendo a realização do PPA Legislativo por diversas regiões.

Em que pese a validade das opiniões dos eleitos como representantes da população, considero que o governador agiu corretamente, porque dialogou com toda a classe produtiva.

Todos nós temos ciência das dificuldades por que passam numerosas unidades federativas com a crise renitente, que teima em sacrificar o Brasil e sua população; uma crise que tem origem não no Brasil, mas nos países desenvolvidos, sobretudo no principal berço do capitalismo, que é os Estados Unidos da América a partir de 2008.

Às vezes, precisamos de medidas que não seriam desejáveis, mas que se mostram necessárias, para que possamos descortinar, um pouco mais adiante, um horizonte menos sombrio.

Ao gestor público não compete apenas medidas fáceis e agradáveis, ele foi eleito para solucionar os problemas, e essa é a intenção do Governo do Tocantins, coordenado pelo Governador Marcelo Miranda, ao tomar as medidas necessárias.

Srs. Senadores, Sras Senadoras, já concluo aqui a minha fala.

Estão passando cotidianamente por nossos olhos as crises de alguns Estados. O Distrito Federal, por exemplo, atrasou o pagamento de trabalhadores que dependiam do salário, assim como o Rio Grande do Sul. No Tocantins, mesmo tendo que pagar 14 folhas de pagamento neste ano, o Governador Marcelo Miranda tem mantido em dia o pagamento dos servidores.

No Tocantins, não foram anunciadas demissões, apesar de o pacote anunciado pelo Governo prever corte de despesas na máquina pública. Os empregos dos servidores do Estado estão garantidos. As medidas anunciadas visam equilibrar as finanças e fazer com que o Tocantins retome o caminho do crescimento.

Nenhum governo está imune às críticas, e na democracia a crítica é bem-vinda, é salutar e pode ajudar a construir. Mas não aquela que tenta denegrir a imagem do gestor. Não aquela que tenta tripudiar na dificuldade e "jogar para a galera". Esse jogo de "jogar para a galera" não ajuda a prosperar, a superar as necessidades e a fazer o nosso Estado prosperar.

O governador reconhece que as medidas são duras, mas conta com o apoio dos dirigentes empresariais, sindicais e da sua Bancada, que enfrenta o debate com qualidade para colocar o Tocantins nos trilhos do desenvolvimento perdido em função da incompetência, da incapacidade de gestão do governo anterior.

Eram essas as minhas palavras ao povo tocantinense, ao povo brasileiro.

Obrigado, Senador Dário Berger, pelo espaço cedido aqui, nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu que agradeço a V. Ex^a e o cumprimento pelo seu pronunciamento na defesa do seu Estado, Tocantins, que eu tive o prazer de, convidado por V. Ex^a, visitar a capital, Palmas, em uma reunião conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Aqui, eu quero aproveitar para parabenizar todo o povo do Tocantins.

E, dando sequência aos nossos trabalhos, o próximo orador inscrito é o Senador Wellington Fagundes, que representa o Mato Grosso.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores e todo o público que nos ouve pela Rádio Senado, pela TV Senado e por todas as mídias da Casa, hoje, pela manhã, lá no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, tivemos uma grande audiência pública para tratar de um assunto que está, também a exemplo de muitos outros, mobilizando a atenção do País. E aqui eu quero me referir à situação dos proprietários das casas lotéricas do Brasil.

Lá no auditório Nereu Ramos, assinamos uma proposta de projeto de resolução para anular os efeitos de uma decisão do Tribunal de Contas da União, que exige e cobra da Caixa Econômica Federal a cassação das permissões concedidas, que são 6104 lotéricas no Brasil, gerando aproximadamente 40 mil empregos.

A medida, Sr. Presidente, contraria, no entendimento dos lotéricos, a Lei nº 12.869, de 15 de outubro de 2013, que prevê em seu texto a renovação automática das permissões do serviço lotérico por mais vinte anos.

Foi uma reunião muito importante, com uma grande mobilização. E aí eu quero destacar a importância de cada setor da sociedade buscar, na mobilização, os seus direitos.

A Caixa Econômica, levando adiante a decisão do TSE, já marcou para o dia 22 deste mês o edital do pregão para essas casas lotéricas. Essa é uma situação bastante preocupante. Esses 6.104 lotéricos que correm o risco de perder seus contratos, caso a decisão da Caixa prossiga, representam 46% das lotéricas hoje existentes no País. Como eu já disse, empregam aproximadamente 40 mil pessoas, que estão apreensivas com as consequências que poderão advir dessa decisão.

Muitos possuem serviços prestados à Caixa Econômica e à sociedade brasileira há mais de trinta anos. A rede lotérica representa em torno de dois terços dos atendimentos da Caixa, sendo a parte social o serviço de maior importância.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero dizer que, em contato com os lotéricos, vi que muitos estão com receio, porque estão perdendo tudo que possuem, e outros, com idade avançada, estão sem saber o que fazer, caso se concretize essa medida.

Esse risco de perder as concessões tem causado muito pânico a todos os donos de lotéricas e também aos próprios funcionários que temem – claro – por seu futuro, especialmente agora, neste período de forte crise econômica.

E é o que colocamos, Sr. Presidente: em uma crise econômica, nós vamos criar mais problemas para aquilo que está dando certo? Há um velho ditado que diz que em time que está ganhando não se mexe. Esse é um setor que está empregando. As pessoas investiram lá, compraram seus pontos, compraram ou alugam seus imóveis, há o investimento de todo o mobiliário e também o treinamento e a capacitação dos profissionais, que demorou longos anos.

Vale lembrar, Sr. Presidente, que muitas casas lotéricas estão na iminência de perder a concessão, porque muitas delas trocaram de dono, inclusive, nesse período de vigência da lei – é importante observar –, com a anuência da própria Caixa. Ou seja, foram vendidas algumas delas, e a própria Caixa anuiu para fazer essa transferência. Parece-me, no mínimo, injusto. Afinal, essas pessoas que fizeram grandes investimentos até se endividaram para adquirir essa casa lotérica e agora podem perder tudo.

Então, Sr. Presidente, precisamos discutir essa situação, aprofundar o debate sobre os contratos vigentes. Segundo a Lei 12.869, que é a lei que normatiza, nós temos de ver o direito adquirido e mensurar o bom senso na hora de tomar uma decisão como essa. Afinal, são esses elementos que regem os princípios fundamentais de uma sociedade. São esses os elementos que devem perseguir em todos os instantes. Daí a importância dessa reunião. Esperamos encontrar um termo adequado, de forma a não causar esse prejuízo a essas pessoas e enquadrar a legalidade necessária.

Pois não, Senador.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Wellington, eu me somo a V. Ex^a em seu pronunciamento, até porque houve uma decisão do próprio Congresso Nacional que fala sobre isso. Há um entendimento, inclusive, que envolve o Poder Judiciário, que faz cumprir essa decisão do Congresso Nacional. Então, acho que há uma série de pessoas que investiram suas economias nas casas lotéricas, no Brasil inteiro, que são o sustento de suas famílias. Se devem pagar mais aos cofres públicos, à Caixa Econômica Federal, nós temos de analisar, mas há uma decisão do Congresso Nacional, e eu defendo aqui a legalidade: se foi votado algo no Congresso Nacional, virou lei e isso tem de ser cumprido. E quero me somar aqui a V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Reguffe, há outro aspecto que também nos causa preocupação. Aliás, já como Deputado Federal, nós fizemos uma PEC, porque hoje os taxistas brasileiros correm esse mesmo risco. Já há alguns casos que o Ministério Público questionou, exigindo que se faça a licitação dos pontos existentes.

Muitas pessoas estão nessa vida há 30, 40, 50 anos, passando de pai para filho. Aliás, a maioria das cidades que começaram tinha um pequeno comércio, depois veio um taxista, e depois a pensão. Então, como é que pode pessoas que fizeram da sua vida uma profissão e, de repente, a licitação ser da mesma forma, em condição de igualdade?

Por isso, apresentamos uma PEC, para se permitir que o serviço de taxista continue sendo um serviço de utilidade pública, um permissionário, porque, lá no Município, as prefeituras é que convivem e sabem da realidade de todos eles.

Pois não, Senador.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Wellington Fagundes, assim como V. Ex^a socializa e compartilha conosco essa preocupação do Estado do Mato Grosso, assim como o Senador Reguffe compartilha também com todos nós, também no Espírito Santo, fomos e estamos sendo demandados por essa atitude covarde, desumana e unilateral da Caixa Econômica Federal, que, além de não respeitar uma decisão democrática do Congresso Brasileiro – não apenas do Senado, mas também da Câmara dos Deputados –, resolve quebrar esses contratos, unilateralmente, sem dar uma explicação. Ou seja, são famílias, são trabalhadores que se organizaram, que fizeram um investimento, que não apenas são proprietários de casas lotéricas, mas essas casas lotéricas são também pontos em que você pode receber um conjunto de...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – De prestação de serviço...

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... de prestação de serviços. Portanto, eu acho que nós vamos precisar trazer esse tema para a nossa Comissão de Seguridade Social ou para a nossa Comissão de Assuntos Econômicos. Nós precisamos debater esse assunto com mais profundidade e com velocidade, porque não tem sentido essa atitude, essa iniciativa da Caixa Econômica Federal, que não o entendimento de que o Governo quer, a todo e qualquer custo, fazer caixa, para se socorrer correr, em meio a uma crise muito mais econômica do que financeira a que os Governos da Presidente Dilma submeteram o nosso País. É como se quisessem dividir a conta, é como se quisessem fazer piquenique na sombra alheia – essa é que a verdade. Em função dos equívocos todos, mergulharam o nosso País numa crise sem precedentes – uma crise ética, uma crise moral, uma crise política, uma crise econômica – que culminou com o coroamento de, pela primeira vez na história do nosso País, um Orçamento ser encaminhado ao Congresso brasileiro, onde o Governo, de per si, diz o seguinte: “Eu não tenho o dinheiro para poder fazer jus às despesas que eu contratei.” É disso que se trata e eu quero me associar à manifestação de V. Ex^a e sugeri que nós possamos, todos juntos – V. Ex^a, o Senador Reguffe e tantos outros Senadores que estão assistindo a essa atitude covarde e desleal da Caixa Econômica Federal de querer fazer caixa a todo e qualquer custo... Depois das contabilidades criativas, das pedaladas fiscais, querem, agora, pegar os

lotéricos e transformar as suas vidas em um caos absoluto. Então, a minha manifestação é na direção daquilo que V. Ex^a está manifestando. E acho que nós poderíamos fazer um fazer uma audiência pública aqui no Senado e convidar a Caixa Econômica Federal para que ela possa prestar contas das razões dessa iniciativa. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu agradeço, Senador Ricardo Ferraço.

E é bom dizer, Senador, que isso também é uma decisão do Tribunal de Contas. E eu vejo que o Tribunal de Contas é um órgão acessório do Poder Legislativo e a gente tem visto, hoje, que cada órgão brasileiro, de repente, quer ser Poder. Então, a gente vê hoje a dificuldade: o Tribunal de Contas querendo também tomar decisões. E até nós, Senadores, para falar com ministro, temos que marcar audiências e, às vezes, esperar na fila – não é?

E eu creio que essa decisão não poderia ser tomada de forma abrupta. Inclusive, um outro assunto que estou relatando também com as distribuidoras de hortifrutigranjeiros, eles queriam tomar a mesma decisão nos centro de abastecimentos, nos CEASAs, mas o Ministro Nardes teve a sensibilidade, foi a Minas Gerais, viu a situação e resolveu procurar tomar uma medida com calma, dando tempo, dando exatamente um prazo para que cada um pudesse entrar na regra da Constituição, segundo alega o Tribunal de Contas.

Eu quero passar também, aqui, a palavra, o aparte, ao Senador Medeiros, nosso companheiro lá do Mato Grosso.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Wellington, parabéns por trazer esse tema. Eu também gostaria muito de ter participado da assembléia, infelizmente não pude. Mas eu vejo que o Congresso, na verdade, até se antecipou para que isso não acontecesse, tanto que aprovou a lei dos lotéricos. Mas, infelizmente, a Presidência da República vetou justamente o artigo que evitaria, que acabaria com toda essa celeuma.

É um problema sério realmente, porque a Constituição de 1988 diz que tem que haver licitação. V. Ex^a há poucos dias falou aqui, no plenário, que é uma situação similar à dos taxistas, e que, com certeza, será um problema que vai acabar acontecendo, porque os promotores nas cidades já começam a entrar com ações contra eles. Se não me engano, V. Ex^a tem uma PEC nesse sentido. Agora, eu vejo o seguinte, V. Ex^a levantou um outro ponto muito interessante, estamos em época que parece que “a vaca está estranhando o bezerro”. Realmente há momentos em que alguns órgãos neste País têm tomado um protagonismo que extrapola o razoável.

(Soa a campainha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Há poucos dias falei sobre esse assunto. O problema chegou a um ponto que não sei se vamos conseguir resolver, porque a Caixa alega que o Tribunal de Contas da União está exigindo que se cumpra a Constituição e se faça a licitação. Já começaram a fazer a licitação, já sortearam as primeiras 500. Essas pessoas estão totalmente hipossuficientes, porque não têm mais a quem recorrer. Fizeram investimentos, como V. Ex^a colocou, e agora correm o risco de perder tudo. A lei é clara, os contratos têm que ser cumpridos. Temos que ver qual o melhor para o País: pagar uma enxurrada? Porque o Judiciário, com certeza, vai dar razão a essas pessoas, porque os contratos foram assinados.

(Soa a campainha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Vai acabar o País pagando muito mais com esse ato do que se deixar terminarem esses contratos. Então, se conseguirmos, com esse projeto de resolução, resolver o problema tanto melhor, mas, se não for, talvez seja o caso de fazer uma sugestão de juntar as duas Casas e aprovar uma PEC para que esse problema seja solucionado. Não é possível que todo dia tenhamos essa insegurança jurídica. Tudo bem, é preciso cumprir a Constituição, mas quantos artigos da Constituição não foram nem regulamentados? Essa situação toda só mostra que precisamos avançar muito no nosso arcabouço jurídico para dar segurança às pessoas, porque nem os nossos daqui de dentro, Senador Wellington Fagundes, estão tendo a segurança, estão se sentindo seguros com o nosso sistema jurídico, quiçá os investidores, que estão de fora.

(Soa a campainha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Imagine: o sujeito está lá fora e fala: “Olha, eu não vou, porque aquele sistema jurídico é muito doido. Aquilo lá... De repente vem uma resolução de algum lugar, uma portaria do TCU, e eles não se... O órgão auxiliar da própria Casa Legislativa já está ficando até maior do que a própria Casa...” Então, são sinais que nós, como País, emitimos, que não são bons. É uma situação grave. Parabenizo V. Ex^a por estar encaminhando esse assunto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu quero agradecer também o seu aparte, Senador Medeiros, e dizer que lá nessa reunião – claro, foi na Câmara dos Deputados... Então eu penso que agora nós temos que fazer aqui no Senado sim. O Senado pode contribuir e temos condições, inclusive, de agilizar um tanto, mais porque isso é uma situação para todos os Estados brasileiros. Não é só esse ou aquele Estado.

Eu quero aqui, inclusive, também aproveitar o pronunciamento para saudar a todos os lotéricos do meu Estado, do nosso Estado. Aqui vieram mais de 50 lotéricos do nosso Estado. Inclusive, quero cumprimentar, em nome do Presidente do Sindicato dos Empresários Lotéricos, o Sr. Ademir de Souza. Ele é presidente do Sindicato dos Empresários Lotéricos do Mato Grosso. Estavam com ele muitas pessoas, inclusive da nossa cidade de Rondonópolis.

Eu quero aqui destacar o nosso amigo, o meu amigo, ex-vereador de Rondonópolis, Abel Vilela, que estava coordenando a equipe do Estado de Mato Grosso junto com o Presidente do Sindicato.

Sr. Presidente, eu ainda gostaria de abordar um outro assunto. Quero saber se posso ter a benevolência do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Wellington, nós estamos limitados pelo tempo, porque assumimos um compromisso de, às 14 horas, encerrarmos a sessão em função dos trabalhos da troca, da substituição do carpete. E nós ainda temos mais dois Senadores inscritos... Ou melhor, três Senadores inscritos. E eu quero, inclusive, já aproveitar a oportunidade para solicitar aos demais oradores, Senadores, que observem, de certa forma, a rapidez necessária para que nós possamos honrar o compromisso de encerrar a sessão às 14 horas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, Sr. Presidente, eu quero dar como lido o meu pronunciamento. Só quero aqui pedir um tempo apenas para relatar e sintetizar o que eu falo no meu pronunciamento.

Como Presidente da Frente Logística de Transporte e Armazenamento, tenho tido muita preocupação com a questão da logística no Brasil. Isso foi a minha luta na Câmara dos Deputados, nesses 24 anos em que lá estive, principalmente por ser do Estado de Mato Grosso, do Centro-Oeste brasileiro, um Estado de muita produção. A nossa exportação é basicamente as *commodities*, e estamos muito longe dos portos.

Então, a logística é fundamental para o nosso Estado.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Esse pronunciamento que aqui quero fazer é principalmente sobre a concessão da BR-163, no trecho da divisa de Mato Grosso do Sul até a divisa de Sinop.

No trecho da concessão, a empresa concessionária tem feito a sua parte, as obras estão em ritmo bastante acelerado, inclusive podemos comemorar aqui a notícia veiculada ontem pela imprensa do trecho que é a Rodovia dos Imigrantes, em Cuiabá. Esse é um trecho urbano, cujo tráfego de 28km demorava, às vezes, até três horas, com muitos acidentes. Ontem, completam-se quatro meses – depois que foi assumida, as melhorias foram feitas – sem acidentes naquele trecho. Isso é importante, porque nós temos o que comemorar. Valeu a pena essa luta de fazer a concessão.

Num momento de vacas magras...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... num momento de dificuldade, nós estamos defendendo que o caminho do País é buscar as parcerias público-privadas, é buscar o investimento do capital, seja nacional, seja externo, que queira investir no Brasil.

Eu sempre tenho dito: o nosso País tem um potencial muito grande. Nessas regiões, principalmente da nova fronteira agrícola, a cada quilômetro de asfalto que você faz...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... aumenta-se a produção. Nós temos índice de produtividade muito grande e nós podemos ajudar cada vez mais na balança comercial, fazer com que esse superávit primário possa ser realidade.

Agora há pouco eu estava na Comissão de Orçamento discutindo um orçamento com déficit, e não é isso. O Brasil tem potencial para produzir, só nas nossas riquezas minerais, na nossa potencialidade de produzir alimento para o mundo.

Então, eu quero dar como lido e gostaria que V. Ex^a autorizasse que fosse veiculado também nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado pela tolerância e aproveito para desejar um bom final de semana...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... a todos, porque o final de semana é o momento que nós temos para trabalhar muito. Agora mesmo, eu vou sair daqui, estou me deslocando para Mato Grosso, vou percorrer toda a região do Araguaia, uma região vasta, Sr. Presidente, inclusive, só na região do Araguaia, nós temos mais de 2 milhões de hectares prontos para produzir. É só questão de construir a infraestrutura. Só na região do Araguaia, nós temos condições de produzir tudo que se produz em Mato Grosso, e só Mato Grosso, sem derrubar nenhum pé de árvore, tem condições de produzir tudo que se produz no Brasil.

Portanto, nós temos a solução, não só Mato Grosso, o povo brasileiro. Nós temos espaço. As reservas minerais mato-grossenses não foram nem 1% tocadas, ou seja, a riqueza está aqui, é só valorizarmos a nós mesmos, o povo brasileiro, com toda a força e vontade de trabalhar.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Sem apanhamento taquigráfico.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje pela manhã, aconteceu uma Audiência Pública no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, para tratar de assunto que está também, a exemplo de muitos outros, mobilizando as atenções do país. A situação proprietários de casas lotéricas.

No auditório Nereu Ramos, assinamos a proposta de Projeto de Resolução para anular os efeitos de uma decisão do Tribunal de Contas da União que exige e cobra do Caixa Econômica Federal a cassação das permissões concedidas a 6.104 lotéricos.

A medida contraria, ao entendimento dos lotéricos, a Lei N° 12.869, de 15 de Outubro de 2013, que prevê em seu texto a renovação automática das Permissões de Serviços Lotéricos por mais 20 anos.

Foi uma reunião muito importante, senhor presidente, com grande mobilização. A Caixa Econômica, levando adiante a decisão do TCE, inclusive, já marcou para o dia 22 deste mês o edital do pregão para essas lotéricas.

Essa é uma situação bastante preocupante. Esses 6.104 lotéricos que correm o risco de perder seus contratos - caso a decisão da Caixa prossiga representam 46% das lotéricas do país.

Eles empregam em torno de 40 mil pessoas, e que estão apreensivos com as consequências que poderão advir desta decisão. Muitos possuem serviços prestados a Caixa Econômica e a sociedade brasileira há mais de 30 anos.

A Rede Lotérica representa em torno de 2/3 dos atendimentos da Caixa, sendo a parte social o serviço de maior importância.

Senhor presidente, senadoras e senadores!

Quero dizer que, em contato com os lotéricos, muitos estão com receio porque estão perdendo tudo que possuem, e outros com idade avançada estão sem saber o que fazer, caso se concretize a medida.

Esse risco de perder as concessões tem causado muito pânico aos donos de lotéricas e também aos próprios funcionários, que temem pelo seu futuro, especialmente agora nesse período de forte crise econômica.

Vale lembrar, senhor presidente, que muitas casas lotéricas, dessas que estão na iminência de perder a concessão, trocaram de dono nesse período de vigência da lei. E o que é de se observar: com a anuência da própria Caixa. Me parece no mínimo injusto. Afinal, essas pessoas que fizeram grandes investimentos, até se endividaram para adquirir essa casa lotérica e agora podem perder tudo.

Então, precisamos discutir essa situação. Aprofundar no debate sobre os contratos vigentes, o teor da Lei 12.869, ver o direito adquirido, e mensurar o bom senso na hora de tomar uma decisão.

Afinal, são esses elementos que regem os princípios fundamentais de uma sociedade. São esses os elementos que devemos perseguir em todos os instantes. Daí a importância dessa reunião.

E esperamos encontrar um termo adequado, de forma a não causar esses prejuízos a essas pessoas, e enquadrar a legalidade necessária. O Senado também está sendo chamado a participar e creio que temos condições de dar a nossa parcela de contribuição.

Saudo os lotéricos de Mato Grosso, um grupo de 50 aproximadamente, que estiveram nessa mobilização lá na Câmara, em nome do presidente do Sindicato dos Empresários Lotéricos; Ademir de Souza,

Também queria tratar de outro assunto...

A imprensa de Mato Grosso traz nesta quarta-feira uma notícia que confirma o quanto valeu a pena a nossa luta pela federalização da BR-070 no trecho mais conhecido como a "Rodovia dos Imigrantes".

Até bem pouco tempo, os 28 quilômetros que contornam as cidades de Cuiabá e Várzea Grande era considerado o pior trecho para percorrer.

O cotidiano ali era marcado pelo caos verdadeiro. Todos os dias, imensos engarrafamentos de carros e caminhões. Havia um grande número de buracos devido a má conservação do asfalto. Os riscos enormes devido a falta de iluminação e o que é pior: altos índices de acidentes; muitos deles com mortes.

Pois bem: iniciamos a luta pela federalização porque entendíamos que o Governo do Estado não tinha condições de investir nesse trecho. Vencemos essa batalha. Uma vez federalizada, foi possível incluí-lo entre os 850 quilômetros que hoje estão sob a responsabilidade empresa que venceu a concessão, a Rota do Oeste.

E o melhor resultado disso tudo está aí, no noticiário de hoje. Sr^{as}s e senhores: há quatro meses não acontece um único acidente nesse trecho.

Hoje, não há mais engarrafamentos e os 28 quilômetros podem ser percorridos com segurança e conforto.

Este, Sr. Presidente, é o maior período sem acidentes fatais desde que a rodovia foi federalizada, em outubro de 2013.

Vale lembrar que a "Rodovia dos Imigrantes" foi repassada para a concessionária em março do ano passado. A empresa começou, então, a recuperação emergencial e logo em seguida já foi possível observar uma redução de 50% nos casos de acidentes fatais.

Também foi feita a revitalização da sinalização e a implantação de lombadas eletrônicas em locais de grande tráfego de pedestres. Também implantou atendimento médico de urgência 24 horas por dia no trecho.

E além de reduzir o número de acidentes, esses investimentos permitiram uma melhor fiscalização por parte da Polícia Rodoviária Federal para inibir, por exemplo, ultrapassagens indevidas e a embriaguez ao volante.

O próximo passo é iniciar uma série de intervenções que darão mais fluidez à "Rodovia dos imigrantes", como faixas adicionais, além de reestruturar as intersecções com outras vias e fechar acessos irregulares.

Sr. presidente, são dados como esse da Rodovia dos Imigrantes que nos move e me convence de que precisamos avançar nesse caminho.

As concessões tem se mostrado eficiente sob todos os aspectos. Começa pela movimentação da própria economia, com ativação de inúmeros setores empresariais e de todos os tamanhos. E quando isso acontece, temos mais empregos e geração de oportunidade para todos.

E o Brasil hoje precisa de que neste momento? Precisa de gerar emprego, senhor presidente. O Brasil precisa criar oportunidades, precisa movimentar a economia como um todo, justamente para avançar contra a crise,

As concessões fazem com que criemos a possibilidade clara de debelar o pessimismo que graca sobre a nossa nação.

E há muita gente que acredita no Brasil. Como presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem, a Frenlog, tenho me reunido com empresários e investidores, participando de debates, fóruns, workshop, tratando exatamente das oportunidades abertas com o Programa de Investimentos em Logística.

E como disse aqui, o que a gente percebe é essa crença de que é possível, o desejo de fazer, aproveitar esse potencial enorme que o Brasil tem para se transformar nessa grande nação, forte e respeitada que todos nós desejamos. Uma Nação que cuida do seu povo.

Há interesses em investimentos nas ferrovias, interesse nas rodovias, nas hidrovias, na navegação de cabotagem.

E o que estamos esperando? Eu pergunto: O que estamos esperando para fazer isso avançar?

Os resultados apresentados sobre a Rodovia dos Imigrantes, onde se transporta riquezas, mostra que é possível poupar vidas. Que o objetivo final de tudo que buscamos está se estabelecendo como um fato verdadeiro e importante.

Por isso mesmo, estamos também empenhados para concretização do trabalho de duplicação de toda a BR-163. Nos preocupa muito a situação em que se encontra os trabalhos no trecho entre Rondonópolis e Cuiabá, que é de responsabilidade do Governo Federal.

Temos feitos inúmeras reuniões com o Ministério dos Transportes, ANTT e com a própria direção do DNIT porque a concessionária está fazendo a parte dela, que é a duplicação da divisa de Mato Grosso do Sul até Rondonópolis e do Posto Gil, no médio norte do Estado, até a cidade de Sinop. E ao cumprir o contrato é natural que a concessionária quer iniciar a cobrança do pedágio e isso tem sido uma preocupação muito grande.

Por isso, estamos trabalhando para equacionar essa situação.

Outro ponto que estamos trabalhando é para avançar mais rapidamente sobre o processo de concessão da duplicação do trecho entre Rondonópolis até Jataí. Essa rodovia é fundamental também para a economia do Sul e do Leste de Mato Grosso. Esse trecho, que pertence a BR-364, está no pacote de concessões lançado em junho pelo Governo.

Encerrando, Sr^{as}s e Srs. Senadores, sempre tenho dito que a pior consequência que uma rodovia mal conservada está nas vidas que se perdem. Um carro estragado, ou uma carga perdida podem ser recuperados. Mas uma vida que se vai, nunca será recuperada.

As páginas dos jornais hoje, de Mato Grosso, confirmam que eu estava certo.
É nesse Brasil que eu acredito. É esse o Brasil que dá certo.
É o que tinha a dizer. Meu muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu que peço desculpas a V. Ex^a e agradeço de toda forma a compreensão.

Dando sequência aos nossos trabalhos, rapidamente, para não pertermos tempo, concedo a palavra ao correligionário, eminente e atuante, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, estimado Senador Dário Berger, Presidente desta sessão em que estamos compartilhando com o conjunto das Sras e dos Srs. Senadores, aquilo que sabemos bem. Não é novidade para ninguém, em que pese estarmos concentrando, Senador Medeiros, os nossos debates e as nossas atenções em torno dos problemas e dos desafios do Governo Federal, essa não é uma crise restrita ao Governo Federal.

É evidente que os equívocos na condução da política econômica, ao longo dos últimos anos, considerando que o Governo Federal, o Governo da Presidente Dilma, fez do nosso País experimentos que já tinham sido tentados e experimentados mundo afora e deram errado. E o Governo resolveu fazer o quê? Inventar a roda ou, como se diz no dia a dia, fazer chover de baixo para cima. Deu errado!

Deu errado, porque se colocou de pé a chamada nova matriz econômica e essa nova matriz econômica e, evidentemente, se desse certo, o Ministro Guido Mantega e sua equipe econômica mereceriam o Prêmio Nobel de Economia, mas deu errado. Deu errado e essa é uma tragédia que foi anunciada, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, uma tragédia que tem, como coroamento, o fato inédito de o Governo Federal encaminhar ao Congresso brasileiro... Ao longo da nossa República, não se tem história, não se tem precedente de um governo, a despeito inclusive da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina o encaminhamento da peça orçamentária, onde receita e despesa não sejam equilibradas.

E V. Ex^a, que foi prefeito da belíssima cidade de Florianópolis, sabe, e todos os prefeitos sabem e todos os governadores sabem, que, na peça orçamentária, despesas e receitas precisam ser equilibradas. E o coroamento dessa desorganização, dessa farra, dessa orgia fiscal está, na prática, exposto a partir dessa peça orçamentária, que, na entrada, sinaliza o Governo, para a sociedade brasileira, para os agentes financeiros, que aqueles compromissos que contratou não tem dinheiro para pagar, emitindo um sinal claro, como se estivesse torcendo para que o nosso País pudesse perder o grau de investimento, o selo de bom pagador, levando-nos a uma situação de caos e de colapso.

Mas essa não é apenas a situação do Governo Federal. Os Estados federados, que todos nós representamos aqui – V. Ex^a representa o Estado de Santa Catarina; o experiente Senador José Agripino, o Estado do Rio Grande do Norte; o Senador Medeiros, o Estado do Mato Grosso; e assim por diante; e eu represento o Espírito Santo... Esta crise está tomando de assalto os nossos Estados. E esse é o tema sobre o qual quero fazer uma breve manifestação, porque quero levar esse estudo que nós fizemos para a Comissão de Assuntos Econômicos, considerando a Comissão de Assuntos Econômicos importante, na medida em que é ela que autoriza as operações de crédito para os Estados federados.

A crise fiscal é explicada, por um lado, pela forte retração da atividade econômica, que tem provocado perdas estaduais, seja da arrecadação própria, seja das transferências do Governo Federal, e, por outro lado, pelo aumento do endividamento público recente e pela forte rigidez orçamentária que provocaram a tendência fiscal deficitária que nós estamos observando nos Estados federados. A crise por que passa o Rio Grande do Sul tem características muito próprias, é estruturante e antiga, mas não é uma crise particular do Rio Grande do Sul.

Entre 2012 e 2014, Sr. Presidente, a receita corrente líquida dos Estados cresceu apenas 0,5% em termos reais, ou seja, descontada a inflação. No mesmo período, a dívida consolidada líquida subiu 5%, numa taxa de crescimento dez vezes maior. A tendência deficitária se reflete nos dados do resultado primário, que nada mais representa que a poupança utilizada para honrar os compromissos dos Estados.

No acumulado em 12 meses, o resultado dos Governos estaduais atingiu um déficit superior a R\$7 bilhões em junho de 2015, o equivalente a 0,12% do Produto Interno Bruto. No mesmo período de 2011, os Estados apresentavam uma situação completamente inversa, ou seja, de um superávit de 0,6% do PIB em 2011, nós caminhamos para um déficit de 0,12% em 2015. Essa deterioração intensa foi em parte explicada pelas autorizações de endividamento dadas pelo Governo Federal. Em seu afã de expandir a taxa de investimento da economia por meio de incentivos públicos, o Governo Federal parece ter acreditado que o maior relaxamento das restrições fiscais a Estados e Municípios ampliaria as possibilidades de investimentos desses entes em infraestrutura.

Um dos principais sinais de que o Governo Federal deliberadamente incentivou o maior endividamento de Estados e Municípios está na política federal de concessão de garantias a empréstimos aos Estados subnacionais. O Ministério da Fazenda tem a prerrogativa de decidir se concede ou não tal garantia das operações de crédito, Senador Agripino. No plano técnico, foi definido um procedimento de avaliação das condições fiscais, com a capacidade de pagamento do Estado ou Município, sendo classificado de A a D.

As notas A e B indicam boa capacidade de pagamento desses Estados; significa dizer que esses Estados não estão alavancados e, portanto, estão em plenas condições de fazer essa operação de crédito. Já as classificações C e D seriam categorias insuficientes para receber o aval e, portanto, a garantia do Governo Federal. É verdade que o Governo Federal dá o seu aval, deu o seu aval, tornou o que era exceção regra, mas também é verdade que a Comissão de Assuntos Eco-

nômicos desta Casa, contra o meu voto, em muitas manifestações, atendeu a essa desorganização, a essa ausência de critérios, que elevou, como eu disse aqui, o endividamento dos Estados brasileiros.

Na prática, esse tipo de avaliação foi deixado de lado, como foram deixados de lado os princípios e os valores relacionados à boa governança, à responsabilidade fiscal e assim por diante, porque, para o Governo da Presidenta Dilma, dinheiro nasce em árvore. Dinheiro não é algo que você tem que produzir com trabalho, com disciplina, com economia, com poupança e assim por diante, não. Meteram, na verdade, o pau na máquina, como se a máquina fosse produzir solução para todos os nossos problemas.

Uma tabela que nós tivemos o cuidado de fazer – eu estou me antecipando a esse fato, mas vou levá-lo para a Comissão de Assuntos Econômicos –, considerando as operações de crédito que foram aprovadas pelo Senado, porque operação de crédito é prerrogativa específica do Senado da República e da Comissão de Assuntos Econômicos. E o Senado vai ter que refletir se vai manter...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... essa forma banalizada de não considerar critérios na aprovação das operações de crédito.

Mas, na tabela que nós fizemos de 2011 até 2014, o Ministério da Fazenda autorizou uma concessão de garantias para 51 operações de crédito, cujos pleiteantes tinham classificação C e D, totalizando R\$30 bilhões, conforme nós estámos demonstrando aqui nesta tabela. Ou seja, Senadora Lúcia Vânia que é atuante Parlamentar da Comissão de Assuntos Econômicos, 51 operações de crédito foram aprovadas num total de R\$30 bilhões, mesmo considerando que esses Estados não estão classificados como A e B, e, sim, C e D. Esta banalização gerou, portanto, esse endividamento dos Estados subnacionais.

É interessante, inclusive, observar o que consagra o Acórdão do Tribunal de Contas da União nº 3.413 a respeito dessas operações, que deixa clara a opção discricionária de política do Ministério da Fazenda em favor da expansão do endividamento dos Estados e Municípios. Diz o acórdão: "A verificação de relevância do projeto para a concessão de garantia da União, em situação de excepcionalidade, é prerrogativa do Ministro da Fazenda em cada caso específico." Não há instrumento formal que liste tais projetos nessas condições, e o Ministro pode deferir ou indeferir o pleito mediante despacho específico.

Chamo a atenção ao fato de ter a União concedido garantia a todas as operações de crédito externo que obtiveram classificação C ou D na avaliação de capacidade de pagamentos, ou seja, o que era para ser uma excepcionalidade transformou-se em regra geral. E isso ampliou e expandiu o nível de endividamento dos Estados brasileiros. Embora o TCU tenha determinado, ainda em 2012, que o Ministério da Fazenda tomasse providências no sentido de interromper a concessão de excepcionalidades a Estados e Municípios com baixa nota de crédito, a prática continuou, Senador Agripino, sem qualquer alteração e sem qualquer critério ao longo do primeiro Governo Dilma, e a tabela que nós estamos aqui apresentando dá detalhes de cada uma dessas operações.

É fato lembrar que um dos debates mais vivos que nós fizemos na Comissão de Assuntos Econômicos foi exatamente em 2014, quando, com autorização do Governo Federal, foi dado aval para que o Estado do Rio Grande do Sul pudesse fazer operação de crédito. E aí, houve autorização do Ministério da Fazenda; o Ministério deu autorização para que a operação fosse adiante. E, agora, o que estamos vendo é o mesmo Ministério da Fazenda bloquear as contas do Rio Grande do Sul, porque, infelizmente, por problemas conjunturais, estruturais, o Rio Grande do Sul, do nosso Governador Sartori – até porque o Sartori assumiu recentemente, e ele, na verdade, herdou uma dívida e um déficit estrutural muito antigo, está lá, enfim, procurando encontrar soluções...

O montante de receitas e de operações de crédito dos Governos estaduais, vejam Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, passou de 0,2%, em 2011, para 0,6% do PIB, em 2014, ou seja, multiplicou por três, triplicou no período de três anos. E isso, como se nós vivêssemos uma bonança plena, como se o Brasil não estivesse cavando o seu próprio buraco, em razão dos equívocos de condução de política econômica por parte do Governo da Presidente Dilma. Trata-se, portanto, de um forte aumento em um curto espaço de tempo. Com isso, a dívida líquida dos Estados passou de 9,2% do PIB, em 2011, para 10,2% do PIB já em junho de 2015, aumentando o comprometimento dos orçamentos estaduais com encargos financeiros dessas operações de crédito.

O estudo, Sr. Presidente, ele é muito mais longo, ele é muito mais complexo.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E eu quero levar, Senadora Lúcia Vânia, Senador Medeiros, Senador José Agripino, os resultados desses estudos, para que nós possamos criar uma consciência na Comissão de Assuntos Econômicos, porque ela não pode ser um cartório de modo a homologar as decisões irresponsáveis do Governo Federal. É por conta disso que nós estamos aqui apresentando uma das faces. É verdade que muitos Estados não fizeram o dever de casa, mas é verdade também que, no passado recente, o Governo Federal meio que jogou gasolina nesse fogo, para que os Estados pudessem fazer as operações de crédito e não pudessem olhar para as suas contas com austeridade, ou seja, em lugar de conviver com pressão, vamos autorizar as operações de crédito, a todo e qualquer custo.

O resultado está aí. E esse assunto deve ser aprofundado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Essa é a minha expectativa,...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... até porque não é possível afirmar que o Senado não tem responsabilidade com isso, porque tem, já que aprovou a matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, e, depois, o Plenário consolidou. É como se nós estivéssemos, como eu disse nesta semana em outro debate, Sr. Presidente, tentando consertar o cadeado depois que a porta foi arrombada.

A Sra Lúcia Vânia (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Ferraço, permita-me.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Esse é o resultado dessa política fiscal inconsequente.

Ouço, com prazer, a minha ilustríssima Senadora Lúcia Vânia.

A Sra Lúcia Vânia (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Quero fazer apenas uma observação rápida, porque sei que o tempo está esgotado. Eu quero aqui testemunhar a fala de V. Ex^a na Comissão de Assuntos Econômicos, quando ainda não se discutia a questão do endividamento do Estado. V. Ex^a foi o Senador que chamou a atenção para esses empréstimos. Nós não tínhamos o comando do valor total desses empréstimos, e V. Ex^a colocava, naquela ocasião, que, ao invés de mexer ou de trabalhar um novo indexador da dívida,...

(Soa a campainha.)

A Sra Lúcia Vânia (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... foram colocados à disposição dos Estados esses empréstimos, ocasionando esse endividamento que estamos vendo hoje. Parabenizo V. Ex^a por esse estudo e tenho certeza de que ele será de grande utilidade na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a palavra de V. Ex^a, que, para mim, tem um valor extraordinário pela forma protagonista com que atua na Comissão de Assuntos Econômicos. V. Ex^a foi testemunha desse estresse que nós tivemos que construir na Comissão de Assuntos Econômicos, entendendo a responsabilidade da Comissão.

Já encerrando, Sr. Presidente, o mais grave é que a folga financeira ocasional, circunstancial, como que uma miragem, fruto do endividamento, foi usada por vários entes federados para a ampliação de despesas obrigatórias, principalmente despesas com pessoal e com custeio. Hoje, o resultado é que cinco Estados já estouraram...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... o limite das despesas com pessoal em 49% da receita líquida corrente, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e outros dezessete já estão acima do limite prudencial, ou seja, 44,1% da receita corrente líquida.

Eu retomo esse assunto, se Deus quiser, na próxima terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Agradeço a gentileza e a condescendência de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Ricardo Ferraço, é sempre muito bom ouvi-lo. V. Ex^a sempre eleva a discussão aqui no Senado Federal.

Dando continuidade ao nosso trabalho, concedo a palavra ao Senador José Agripino pelo tempo regimental.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (Bloco Oposição/DEM - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quero voltar hoje à tribuna para fazer uma constatação e apresentar a minha manifestação de desalento com tudo o que se fala e se pede a esse Governo: nada acontece!

Aqui, desta mesma tribuna, por duas ou três vezes eu me manifestei sobre temas nacionais sim; sobre circunstâncias internacionais sim; mas os caminhos da Pátria passam pela terra de cada um de nós, e eu falei sobre um problema que me afligia muito, que é a questão da seca no meu Estado – no Nordeste inteiro e no meu Estado.

Há mais ou menos um mês e meio, por iniciativa do Coordenador da Bancada do meu Estado – nós somos oito Deputados Federais e três Senadores, e o Coordenador é o Deputado Felipe Maia –, nós fizemos uma reunião em Caicó praticamente com a Bancada inteira. Foram quase todos os Deputados Federais, Senador fui eu apenas, porque Garibaldi e Fátima Bezerra não puderam estar presentes, mas participaram dos desdobramentos da reunião que nós fizemos em Caicó reunindo sindicatos, prefeitos e vereadores do Município e dos arredores para apreciar a questão da seca e da falta d'água.

A seca já é terrível, a seca dizima as plantações, impede a pecuária; agora, a falta d'água de beber faz com que populações migrem ou passem um sufoco inimaginável.

Eu me referi especificamente a uma cidade que não tem alternativa, que não tinha alternativa na época, e que entrou em colapso definitivamente, que é a cidade de Currais Novos. Caicó, de qualquer maneira, recebe abastecimento de água através de três fontes: do Rio Seridó, que voltou a ter um filete d'água; do Açude Itans; e de um outro açude feito recentemente, chamado Passagem das Traíras. Essas três fontes são capazes de suprir a cidade. Quando falha uma, há duas; quando falham duas, ainda há uma terceira. E o fato é que prossegue.

O Seridó, no meu Estado, tem duas capitais: uma é Caicó, que é o Seridó Oriental, e a outra é Currais Novos, que é o Seridó Ocidental.

Currais Novos não tem alternativa porque todas as fontes estavam secando e, no final do governo passado, da ex-Senadora Rosalba, foi assinado um contrato para a construção de uma adutora de engate rápido que iria trazer água da barragem de Santa Cruz para a cidade de Currais Novos, que é abastecida com água do açude chamado Gargalheira, que zerou...

Naquela época, quando começamos a falar e protestar, havia ainda 20% do volume, Senador José Medeiros – V. Ex^a, que é do Seridó, é Senador do Mato Grosso, mas é filho do Seridó, entende bem o que estou falando. E eu fazia a observação sobre a necessidade da alocação de recursos para a construção da adutora de engate rápido.

Depois da reunião de Caicó, a Bancada inteira pediu audiência à Ministra da Agricultura, ao Ministro da Integração Nacional, ao Dnocs, a todas as autoridades envolvidas, para tratar dos assuntos que ouvimos lá – por exemplo, em Caicó nos foi colocada a necessidade de venda de ração animal, de milho dos estoques da Conab.

Estivemos com a Ministra Kátia Abreu, que nos recebeu muito bem – tomou providências, mas elas engasgaram na ineficiência da máquina pública deste Governo, que não conseguiu viabilizar o frete para transportar dos estoques do seu Centro-Sul para o meu Rio Grande do Norte; engasgou, havia chance, mas o frete engasgou o transporte.

Fomos ao Ministro da Integração Nacional para solicitar os recursos mínimos para a construção da adutora de engate rápido. Desde dezembro, do final do governo de Rosalba, estava contratada a sua execução, mas não andou durante seis meses porque não alocaram recurso nenhum, zero. Não ficou pronta a solução salvadora para Currais Novos e, hoje, a cidade entrou em colapso d'água.

Tivemos uma reunião em Caicó, a Bancada inteira se mobilizou para audiências com a Agricultura e com a Integração Nacional, às quais solicitamos recursos para perfuração de poços, recursos para a barragem de Oiticica, recursos para a adutora de engate rápido de Currais Novos. Nada aconteceu, nada, zero, nada. A gente fala, fala, fala, mas não há consequência nenhuma.

O fato é que hoje Currais Novos, que tem 50 mil habitantes, perto disso, é uma cidade grande, está condenada ao abastecimento d'água por carro-pipa. Trata-se de transportar água de carro-pipa da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que fica a 200km de distância. Mas essa é uma tarefa inimaginável, porque o Governo não fez a sua parte, ainda que tenha sido alertado.

Há meses e meses que venho a esta tribuna para tratar, dentre os assuntos que me competem, desse assunto da minha província.

Eu fui Governador duas vezes, Senador Dário Berger, e em uma das vezes enfrentei uma seca terrível, lembro-me bem. Em Santa Cruz, que é um Município polo, zerou a água, acabou. E eu mudei o governo para lá, mudei o governo. O Secretário de Transportes ficou morando em Santa Cruz. Mudei para que transformássemos, pela ação do governo, as cercanias de Santa Cruz num paliteiro, com a perfuração de poços que, ao final, consegui viabilizar. Conseguí água de boa qualidade e atravessei o período de estiagem com os poços que o governo providenciou para que a cidade não passasse sede. Hoje Currais Novos vai passar sede. Não há poço nenhum, não há água nenhuma e não há providência nenhuma, nem estadual, nem federal.

Eu venho aqui trazer este meu desabafo e esta minha palavra como manifestação de descrença completa num governo que não tem ouvidos para ouvir clamores por ações como essas, mínimas, que dizem respeito a uma população de uma cidade que tem expressão, uma cidade mineradora com expressão nacional, e que vai passar, eu não tenho dúvida, por aflições terríveis.

Eu já vivi coisa semelhante e sei o que é tentar o abastecimento de uma cidade. E não é só ela: vem Acari também, Acari está na mesma situação. É um Município vizinho, também de porte médio. E outras tantas cidades vão ter o colapso de abastecimento de água estabelecido por inação do Governo.

E quero trazer aqui a minha prestação de contas. Nós fizemos o que nos era possível. Fizemos uma reunião em Caicó, e a Bancada procurou o Ministro da Integração Nacional em seguida, procurou a Ministra da Agricultura em seguida. Foi-nos prometida a ração animal, o milho; nos foram prometidos recursos para perfuração de poço; nos foram prometidos recursos para completar a adutora, que não veio coisa nenhuma – se ficar pronta, é de dezembro para frente; de dezembro para frente já era, nós estamos a três, quatro meses de dezembro!

Resultado: vamos sofrer agora porque algo vai ter que ser feito. Vamos ter que viabilizar agora a solução salvadora muito mais custosa. O dinheiro vai ter que aparecer para alugar caminhão-pipa e transportar, para 50 mil pessoas, água que está a duzentos e tantos quilômetros de distância, da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, de onde viria água entubada numa adutora, de custo infinitamente menor em relação ao que se vai ter que gastar. Não há para onde correr: vai ter que parar alguma coisa importante para transportar água para Currais Novos.

Eu quero trazer aqui este meu desabafo, este meu protesto e esta minha palavra de prestação de contas com relação a um governo que, na minha opinião, é terminal e não tem mais nada o que dar, haja vista a história que estou contando ...

(Soa campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – ... que é a sequência de muito do que eu, desta tribuna, fiz, falei e prestei contas, mas que não produziu, na verdade, na verdade, consequência prática nenhuma, lamentavelmente.

Este é o retrato vivo do Governo do PT para o meu Estado, o meu Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço ao Senador José Agripino, um dos maiores líderes do Senado Federal de todos os tempos.

Concedo a palavra agora, com muito prazer, ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, todos que nos assistem pela TV Senado, pela Rádio Senado e também pelas redes sociais, o que me traz à tribuna hoje foi a visita que recebi ontem do Prefeito de Campo Novo do Parecis, no Estado de Mato Grosso.

Campo Novo do Parecis é um Município que fica a cerca de 400 quilômetros de Cuiabá. É um Município muito novo, é um daqueles que foram criados a partir do avanço da fronteira da produção de grãos no Estado do Mato Grosso. É um Município que tem crescido a uma velocidade muito grande. É um Município rico até, o IDH do Município é muito bom, mas, com o crescimento do Município, também têm crescido as necessidades e os problemas que advêm do crescimento das cidades.

O Município de Campo Novo do Parecis fica próximo à fronteira do Brasil com a Bolívia. E é sobre esse tema, a fronteira, que quero discorrer um pouco, Senador.

Ali existem, em Mato Grosso, dois corredores principais, a BR-163 e a BR-364, e há mais um braço da BR-070, que faz a ligação até a fronteira do Brasil com a Bolívia, vai de Cuiabá até Cáceres.

Acontece, Senador, que por anos funcionou ali o grande corredor de passagem de carros roubados no centro-sul para a Bolívia e também para a volta de cocaína, de produtos de narcotráfico e armamentos, que são transportados para São Paulo e Rio de Janeiro.

Acontece que o corredor foi ficando manjado e, obviamente, as forças policiais começaram a ter um maior sucesso na apreensão desses ilícitos. Obviamente, as quadrilhas começaram a achar outras rotas. E com o surgimento de novos Municípios ali na fronteira – e dou como exemplo aqui o caso de Campo Novo do Parecis –, novas rotas foram surgindo, estradas vicinais, e esses Municípios passaram a sofrer com a criminalidade, com o excesso de crimes – só na semana passada os policiais de Campo Novo do Parecis apreenderam três carros roubados.

E aí vem um outro problema. Esses traficantes se viram diante da dificuldade de operacionalizar o dinheiro via bancos. Enfim, com o combate ao terrorismo, está difícil deixar dinheiro na Suíça, nas Cayman, e os traficantes começaram a adotar outra estratégia: pagar as mulas – aqueles pequenos traficantes que fazem o transporte até Rio, São Paulo e Belo Horizonte – com o próprio produto.

Acontece que, assim que esses pequenos traficantes entram no Brasil, eles querem desovar o mais rápido possível aquelas pequenas quantidades de droga. Antigamente o mal ia só para os grandes centros, mas agora não: pequenos Municípios do Estado de Mato Grosso começaram a sofrer com o crack, porque assim que eles entram já vendem seu meio quilo, um quilo, ali na própria cidade, e vai ficando um rastro de destruição naqueles Municípios, que não têm a mínima estrutura para enfrentar o problema.

E o prefeito me relatava que ele tem apenas dois ou três policiais por dia para cuidar de uma população de quase 50.000 pessoas. Ele disse que tem ao todo 18 policiais, mas tem que dar assistência a alguns Municípios vizinhos e à toda a cidade – e ainda há o regime de escala, aqueles policiais que entram de férias. E essa é a situação!

Nós temos tentado... Já solicitamos ao Governo providências para ver se coloca postos ou delegacias da Polícia Rodoviária Federal, mas a grande verdade é que tanto a Polícia Federal quanto a Polícia Rodoviária Federal têm sofrido nos últimos anos uma diminuição de seus quadros.

Também há outro problema, Senador Lindbergh: quando os concursos federais são feitos, geralmente quem passa é o pessoal do Rio, é o pessoal de São Paulo, Minas, Brasília, que obviamente têm acesso a uma educação melhor. Existe até um termo chamado “concurseiros”. Esses caras passam em tudo mesmo. E aí eles são mandados lá para a divisa do Brasil com a Bolívia, por exemplo. Eles já chegam lá de costas. Eles já chegam lá procurando um Parlamentar e dizendo, “Olha, eu quero voltar para Ipanema, para o Leblon, eu não quero ficar aqui.” E com razão, é um direito deles.

Agora, nós precisamos criar mecanismos de fixar essas pessoas ali, de elas terem um incentivo. E de fato o Congresso se pronunciou, e foi criada aqui a Lei nº 12.855/2013, uma lei votada na Câmara, votada aqui, aprovada pelo Governo. Mas aí veio a hora da regulamentação. Essa lei é muito boa, porque, para toda a faixa de fronteira do Brasil, ela cria um incentivo para fixar profissionais da Receita Federal, Fiscais Agropecuários, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, de forma a criar um cinturão de proteção para o Brasil. Mas ela não foi regulamentada. E aí, cada dia mais esses lugares ficam sem proteção. A Polícia Rodoviária Federal mesma tem fechado postos nessa faixa de fronteira.

Então, a gente ouve falar sobre os programas de fronteiras – fiquei até muito contente quando se falou que o Vice-Presidente Michel Temer estava cuidando do programa de fronteiras –, mas não tem efetividade, as coisas realmente não acontecem. Esses Municípios têm sofrido imensamente com o avanço da criminalidade.

A Polícia Rodoviária Federal, por exemplo, Sr. Presidente, é uma polícia que é um modelo a ser copiado. Ela tem carreira única, é uma polícia eficaz, ela produz bilhões. Acaba produzindo, porque, como ela cuida das rodovias federais, com multas por excesso de peso e velocidade, enfim, as multas acabam gerando recursos para o Tesouro da União. Então sobra, é superavitária até. Então, não se justifica, por exemplo, “olha, isso é despesa.” Não, investir ali, investir na Polícia Rodoviária Federal, gastar com a Polícia Rodoviária Federal é investimento; mas não tem acontecido.

E a Polícia Federal também tem tido, a cada dia, menos efetivos ali na fronteira. É gravíssimo, porque, se combatermos o narcotráfico na entrada, não vai chegar lá ao Estado do Senador Lindbergh, não vai chegar lá ao seu Estado, Senador, porque é mais fácil se combater no atacado do que no varejo. Esse é que é o grande raciocínio. Esses concursos têm sido feitos, mas as pessoas simplesmente chegam lá e já voltam. Por exemplo, foi criado um concurso específico para Mato Grosso, 200 policiais.

Não há um. Não há um mais! O Superintendente faz de tudo para poder manter, mas não consegue. O sujeito não vai ficar lá em Sorriso ou Sinop. Então, se regulamentar essa lei... E eu já fiz de tudo: já fui à Casa Civil, já fui ao Ministério do Planejamento, já rodei este Governo no que pude, já fui com outros Parlamentares... E o Governo entende que é importante, tanto é que não foi vetada a lei, foi acatada em tudo, mas ela não andou e já faz mais de ano. A lei está aí, letra morta, aprovada aqui pelo Senado.

E aqui eu faço, justamente, este pronunciamento no sentido de que o Governo possa ver o prejuízo que a Nação está tomando, a hipossuficiência de Estados, como Mato Grosso, que não têm a mínima condição de lidar com esse problema sério de segurança. O simples reforço da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal na fronteira já ajudaria muito. Eu sinto que nós estamos em momento de crise, obviamente...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agora, nós estamos também com a segurança totalmente falida naquelas regiões, sem proteção nenhuma. E mais: alimentando aos borbotões... Porque nossos “parceiros” – entre aspas –, o presidente vizinho, há pouco tempo, resolveu fazer uma lei em seu país para regularizar todos os carros. O sujeito roubou um carro no Brasil e levou para lá, fica regularizado. Então, esse é o tipo de parceiro que nós temos lá, que não combate o narcotráfico; pelo contrário. Temos informes de que várias pessoas de alto escalão, tanto do governo da Bolívia quanto da Venezuela, estão envolvidas com o narcotráfico. Então, é essa a situação que hoje o Brasil enfrenta. E venho aqui, justamente, deixar esse apelo, porque a gente sente que as ideias até surgem, vão até certo ponto, mas depois morrem no meio da burocacia, no meio das gavetas. Nós estamos sentindo, eu sinto que o meio está sendo mais importante do que o fim.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – E aí nós nos perdemos no meio dessa burocacia.

Eu encerro, Senador, fazendo um apelo aqui ao Governo: que olhe para esses Municípios, mas com olhar estratégico, com olhar de planejamento, para que a gente possa, pelo menos, mitigar esse câncer que está abandonado com nossos jovens e matando nossas crianças. O Senador Lindbergh é Relator da CPI do Assassinato de Jovens, e, no fundo disso tudo, também está o narcotráfico. Existem vários outros fatores, mas esse problema na segurança passa pela segurança de nossas fronteiras, passa pelo fechamento desses buracos dessa grande fronteira que nós temos. Só em Mato Grosso, são 900km de fronteira seca com esses países. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu que agradeço e cumprimento o Senador José Medeiros.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, concedo a palavra ao eminente Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou fazer aqui uma breve fala e dizer que eu iniciei o trabalho, nesta semana, no

Parlamento, fazendo um discurso sobre a questão do déficit, do déficit apresentado no Orçamento do próximo ano. Eu fiz questão de fazer uma constatação de que o problema desse déficit foi a política monetária, foram os juros altos implementados pelo Banco Central.

Mostrei com números que o Governo cortou 20 bilhões de investimentos, aprovou as medidas provisórias aqui sobre seguro-desemprego, abono salarial, que tinham impacto fiscal de 14 bi...

(*Interrupção do som.*)

O SR. LINDBERGH FARIAZ (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Pronto. Sr. Presidente, desculpe ter que retomar. Hoje nós fazemos discursos e os colocamos nas redes sociais. E eu dizia, no começo, que iniciei a semana falando sobre a questão do déficit, que nós olhamos o Orçamento do próximo ano e percebemos que o grande problema foram os juros, a política monetária do Banco Central.

O Governo fez um grande esforço fiscal, cortou 20 bilhões em investimentos, de 80 para 60. Aprovou medidas provisórias aqui que tratam de seguro-desemprego, abono, com impacto fiscal de 14 bi. No entanto, a situação fiscal piorou. Nós tínhamos um déficit nominal até dezembro de 6,7%, que aumentou para 8,8. Quando você vai olhar, ponto por ponto, a grande questão é a política monetária.

Nós pagamos 451 bilhões nos últimos 12 meses, algo em torno de 7,92% do PIB. No mesmo período do ano passado, isso era algo em torno de 5,6% do PIB. Aí está o buraco! Só para o senhor ver os números deste ano, no ano passado, até julho, nós tínhamos pagado 148 bi de juros; neste ano, até julho, nós pagamos 288 bi de juros e também com os swaps cambiais, essa política esquizofrônica feita pelo Banco Central.

Só que eu não quero ficar na constatação do problema do déficit: eu quero avançar, porque agora começa um novo debate, e esse Parlamento vai ter que participar em conjunto com o Governo. O que fazer para resolver o problema desse déficit?

E, aqui, há dois caminhos. Existem uns que acham que o caminho é adentrar em cortes em programas sociais, na educação, na saúde, no Pronatec, no Ciência sem Fronteiras. Então, uns acham que esse é o caminho. Eu estou convencido de que, se formos por esse caminho, nós vamos aprofundar a recessão econômica no nosso País. Os números são terríveis: existe gente falando em recessão de 2,5% a 3%; existe gente falando em recessão em cima da recessão no próximo ano.

A grande questão, o centro da estratégia, para mim, é a retomada do crescimento econômico. Mas na discussão sobre quem vai pagar a conta sobre esse déficit, eu estou convencido: não podem ser os trabalhadores, os mais pobres, a classe média nem os programas sociais. E aqui é que eu acho que nós temos que formular alternativas em relação ao sistema tributário, porque o nosso sistema tributário é muito injusto, Sr. Presidente. Os 10% mais pobres da população brasileira gastam 32% dos seus rendimentos em tributos; os 10% mais ricos gastam 22% dos seus rendimentos em tributos; no entanto, os muito ricos, que são 0,3%, sabe quanto pagam de tributos? Apenas 6,4%. Então, o problema não está nem entre os 10% mais ricos, está na pequena parcela dos muito ricos do País.

Por isso, eu estou apresentando, no dia de hoje, um projeto de lei – e vou apresentar também uma emenda ao Orçamento – sobre o fim da isenção tributária à distribuição de lucros e dividendos. São muitos os projetos nesta Casa sobre tributação mais progressiva: existe imposto sobre grandes fortunas; imposto sobre grandes heranças; juros sobre capital próprio, que é outra excrescência, uma jabuticaba brasileira, só existe no Brasil; existe para aumentar ITR; e existem vários pontos. Só que eu estou convencido de que acabar com a isenção tributária de lucros e dividendos é o que é mais simples de ser executado. Na época do governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil pagava 15% – todo mundo pagava 15% – na hora da distribuição de lucros e dividendos. Isso acabou em 1996, com uma medida provisória aprovada no final de 1995.

Então, isso é o mais simples e o que teria maior impacto fiscal: 50 bi, pelos cálculos dos economistas Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair, economistas do Ipea que estão trabalhando e articulando com lideranças partidárias, com lideranças dos movimentos sociais, para encamparmos essa proposta como alternativa real ao buraco que temos no Orçamento.

Só quero, para encerrar, Sr. Presidente, ler a justificação do projeto que estou entrando no dia de hoje aqui.

O sistema tributário brasileiro é regressivo e, por essa razão, injusto. Os impostos sobre o consumo e os serviços (chamados de indiretos) têm peso muito alto. Representam mais de 50% da arrecadação, enquanto os impostos sobre a renda e a propriedade alcançam apenas 22% da carga tributária. Um sistema tributário progressivo e justo deve arrecadar de acordo com a capacidade contributiva dos cidadãos, das instituições e das empresas. E isso é identificado nas suas declarações de rendas e propriedades. Então, por exemplo, taxar o consumo é muito injusto porque ricos e pobres diante de um caixa de supermercado não são diferenciados – e a injustiça ocorre contra os pobres porque têm que pagar a mesma alíquota que os ricos pagam.

O resultado dessa estrutura de tributação é que os mais pobres pagam mais impostos que os mais ricos. [Dado que citei anteriormente:] Os 10% mais pobres do País gastam 32,8% de seus rendimentos com impostos. Para os 10% mais ricos, a carga é de apenas 22,7% [...]. E em recente estudo dos economistas Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair são revelados outros números da injustiça tributária brasileira e é indicada uma de suas causas, a isenção de tributos sobre o recebimentos de lucros e dividendos, vejamos [...].

É importante dizer que esse estudo feito pelos economistas Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair, que é um estudo que eu repto como histórico, surge depois que a Receita Federal liberou dados do imposto de renda das pessoas aqui do País, depois, inclusive, da visita do celebrado economista Piketty ao Brasil, que reclamou dos dados oferecidos pela Receita Federal. A Receita disponibilizou esses dados, e os economistas Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair fizeram esse estudo, do qual passo a ler um trecho. Dizem Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair:

O topo da pirâmide social paga menos imposto, proporcionalmente à sua renda, do que os estratos intermediários.

Em média, o declarante do estrato extremamente rico paga 2,6% de imposto sobre sua renda total (ou 6,4% com estimativa de retenção exclusiva na fonte), enquanto o estrato intermediário com rendimentos anuais entre R\$162.720 e R\$325.440, ou seja, entre 20 e 40 salários mínimos, paga 10,2%. Ou seja, nossa classe média alta – principalmente a assalariada – paga mais imposto do que os muito ricos. Os mais pobres são os que pagam mais, mas, entre a classe média alta e os muito ricos tem uma grande diferença.

Essa distorção se deve principalmente a uma jabuticaba da legislação tributária brasileira: a isenção de lucros e dividendos pagos a sócios e acionistas de empresas. Dos 71.440 super-ricos, que mencionamos, 51.419 receberam dividendos em 2013 e declararam uma renda média de R\$4,5 milhões, pagando um imposto de apenas 1,8% sobre toda sua renda. Isso porque a renda tributável desse grupo foi de R\$387 mil em média em 2013, a renda tributável exclusivamente na fonte R\$942 mil e a renda totalmente isenta R\$3,1 milhões.

A justificativa para esta isenção é evitar que o lucro, já tributado ao nível da empresa, seja novamente taxado quando se converte em renda pessoal, com a distribuição de dividendos.

Estou lendo o trecho do artigo de Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair.

Antes que o leitor formule sua opinião derradeira sobre essa questão, uma informação adicional: entre os 34 países da OCDE, que reúne economias desenvolvidas e algumas em desenvolvimento que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado, apenas três isentavam os dividendos até 2010. México voltou atrás, retomou a taxação em 2014; República Eslováquia em 2011, por meio de uma contribuição social. Restou somente a Estônia, que, assim como o Brasil, isenta totalmente os dividendos.

Em média, a tributação total do lucro chega a 43% nos países da OCDE (sendo 64% na França, 43% na Alemanha e 57% nos Estados Unidos. No Brasil, com as isenções de dividendos e outras "jabuticabas" tributárias, como juros sobre capital próprio, que reduzem a base tributável das empresas, essa taxa cai abaixo de 30%, embora formalmente a soma das alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da contribuição social do lucro líquido seja de 34%. Basta analisar alguns balanços de grandes empresas brasileiras para verificar essa realidade.

Aí eu paro de ler o texto dos economistas do Ipea e finalizo a minha justificação: reformar o sistema tributário para, por meio de tributação, reduzir a desigualdade social e econômica, é um imperativo do desenvolvimento, mas também exigência da estabilidade democrática e harmonia social.

Hoje o nosso sistema tributário regressivo limita os efeitos das políticas de redução de desigualdades promovidas a partir dos gastos sociais do Estado.

Nesse sentido, é preciso reverter as reformas de caráter regressivo adotadas sob o governo Fernando Henrique Cardoso e mantidas até hoje. Uma delas, a isenção dos lucros e dividendos recebidos por pessoas físicas e jurídicas no País e no exterior, detentores de cotas ou ações de empresas.

Antes dessa mudança introduzida pelo art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995, a alíquota era de 15%. Hoje é 0%. Essa isenção gera distorções. Enquanto trabalhadores estão submetidos à tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, empresários são isentos, quando recebem rendimentos, a título de lucros e dividendos. Como se vê, trata-se de um tratamento desigual, pois os trabalhadores que recebem salário podem pagar alíquotas que chegam a até 27,5%.

Essa isenção alcança os lucros e dividendos recebidos por sócio, acionista ou titular de empresa, residente ou domiciliado, tanto no Brasil como no exterior. Essa desoneração isenta, portanto, a remessa de lucros e dividendos para o exterior, o que estimula as empresas transnacionais a transferir recursos para suas matrizes e desestimulá-las a investir aqui no Brasil, gerando emprego e renda.

Com efeito, foram remetidos ao exterior, em 2014, US\$26,5 bilhões na forma de lucros e dividendos isentos de impostos. Em 2013, foram enviados US\$26 bilhões.

O efeito desse projeto é fazer incidir o Imposto de Renda Retido na Fonte calculado à alíquota de 15% sobre a distribuição de lucros e dividendos a pessoas físicas e jurídicas, residentes ou domiciliadas no exterior – isentando os empresários cujas empresas estão inscritas no Simples. Este é um ponto importante: quem está no Simples fica fora desse tributo de que eu estou falando aqui. O potencial de arrecadação desse tributo é de R\$50 bilhões por ano, ou cerca de 0,8% do PIB.

O Imposto sobre a Renda submete-se ao princípio da anterioridade plena – anualidade –, não se sujeitando à noventena. Por essa razão, a nova tributação só será exigida sobre a distribuição a pessoas físicas e jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior de lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 2016.

Sr. Presidente, muito obrigado pelo tempo concedido por V. Ex^a. Eu sei que vai haver uma reforma aqui no plenário do Senado. Eu só queria fazer a última consideração.

Eu acho que ontem nós tivemos uma vitória histórica neste Senado. Este Senado Federal conseguiu aprovar o fim do financiamento empresarial de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com a minha ajuda.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com a sua ajuda, com o seu voto.

V. Ex^a sabe que 64% da população brasileira, em recente pesquisa do DataFolha, queriam o fim do financiamento empresarial de campanha. Agora, eu acho que o mais importante que aconteceu – eu sei que esse projeto vai para a Câmara dos Deputados – é que o Ministro Gilmar Mendes, quando veio aqui na última vez, disse que estava segurando a decisão no Supremo, que já havia uma maioria no Supremo, seis votos, e disse que era inconstitucional o financiamento empresarial. A última vez em que o Ministro Gilmar Mendes veio aqui, ele disse o seguinte: “Olha, eu estou esperando, porque eu acho que quem tem que decidir é o Parlamento.”

E a Câmara aprovou um projeto que constitucionaliza o financiamento empresarial. Só que eu acho que, com a vitória de ontem, fica claro que a chance é zero de esse projeto de constitucionalização de financiamento empresarial passar aqui no Senado, porque ontem era maioria simples, nós tivemos 36 votos contra o financiamento empresarial e 31 a favor. Para passar a constitucionalização de financiamento empresarial, seriam necessários 49 votos aqui. Então, eu acho que o maior efeito da votação de ontem é mostrar ao Supremo Tribunal Federal que a chance de a constitucionalização empresarial passar no Senado Federal é zero.

Acho que, nesse sentido, podemos ter uma mudança na posição do Ministro Gilmar e acabar com aquela votação e encerrar de vez esse capítulo na história das eleições brasileiras.

Agora, o Senado Federal, de fato, está de parabéns com o resultado da reforma política no dia de ontem. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Lindbergh, quero também, só para concluir os trabalhos, me associar a V. Ex^a para mencionar aqui que, ontem, participamos de uma sessão histórica no Senado Federal: a tão esperada reforma política, tida como a mãe de todas as reformas, que não foi aquela dos nossos sonhos, mas na qual acho que avançamos bastante.

Dentre as alterações, a eliminação definitivamente, a proibição do financiamento privado de campanha, através do CNPJ, através das empresas. Parece-me que isso, hoje, se institucionalizou em um grande mal para a sociedade. E, aparentemente, a população, como se demonstra na sua ampla maioria, é contrária a essa matéria. Temos que analisar, sobretudo essa ressonância da sociedade.

Tivemos aqui ontem uma grande vitória, que pode definir os rumos da política para as próximas gerações. Com isso, Senador Lindbergh, vai-se diminuir muito o custo das campanhas eleitorais. Teremos agora de nos adaptar a uma nova realidade, na qual o candidato que tiver mais sintonia com a população terá condições de, inclusive, arrecadar mais recursos, como, diga-se de passagem, já acontece nos Estados Unidos, e deveremos implantar esse novo sistema aqui.

Além disso, quero parabenizar V. Ex^a pelo seu pronunciamento, que não foi tão curto assim, como V. Ex^a havia mencionado. Mas, dentre as nossas atribuições que temos como Parlamentar, acho que uma não foge à regra, que é a luta incansável pela redução das diferenças e das desigualdades sociais.

O projeto de V. Ex^a vem a esta Casa para ser discutido, e eu o parabenizo por essa iniciativa, porque não podemos ficar inertes, temos que apresentar sugestões, e é o que V. Ex^a faz nesta sessão histórica hoje também no Senado Federal.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu que agradeço, Senador Dário. V. Ex^a sabe da minha admiração, mas muito pelas suas posições. V. Ex^a começou também no movimento estudantil e aqui tem sempre tomado posições muito progressistas em todos os momentos. Foi assim na discussão da terceirização. Foi assim naquele embate de ontem, que foi uma votação apertada.

Então, eu quero parabenizar muito V. Ex^a por sua atuação aqui e também pelo voto de ontem, pela vitória que tivemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Não havendo mais matéria a tratar, nem oradores a falar, declaro encerrada a presente sessão, agradecendo a todos os Senadores e a todas as Senadoras.

Muito obrigado.

Um forte abraço.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 42 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

S/Partido - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24**PT-13 / PDT-6 / PP-5**

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21**PMDB-17 / PSD-4**

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16**PSDB-11 / DEM-5**

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC

Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9**PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1**

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9**PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1**

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 2

Lúcia Vânia.	GO
Marta Suplicy.	SP

Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	2
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
 Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
 Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
 Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)

Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (Bloco-PSD-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (S/Partido-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
 Marta Suplicy* (S/Partido-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)

Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
 Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
 Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
 Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
 Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
 Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,35) Benedito de Lira (16,18,42) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,41) Regina Sousa (44)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13</p> <p>Humberto Costa (20,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,51) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6</p> <p>Acir Gurgacz (3,35)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,41)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira (16,18,42)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (21)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Morais (47) Antonio Anastasia (46)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,29)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,25) Vanessa Grazziotin (22,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6</p> <p>João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros (15,19,25)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (22,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (49) Paulo Rocha (32,51) Wellington Fagundes (50)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinalson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figueiredo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PLS Nº 131, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.

Ato do Presidente nº 22, de 2015

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)⁽¹⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)⁽¹⁾

Instalação: 05/08/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP)	4. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD)	1. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Dalírio Beber (PSDB)
Senador José Serra (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador José Medeiros (PPS)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
	2. Senador Fernando Collor (PTB)
Sem Partido	
	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 22, de 4 de agosto de 2015, revoga o Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, e fixa em 14 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Otto Alencar, Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, José Serra, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, José Medeiros Blairo Maggi como titulares; e os Senadores Humberto Costa, Fátima Bezerra, Telmário Mtoa, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Raimundo Lira, Dalírio Beber, Tasso Jereissati, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella, Fernando Collor e Marta Suplicy, como suplentes para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, fixa em 27 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Roberto Requião, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Otto Alencar, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Marcelo Crivella, Blairo Maggi, Fernando Collor para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

1. Em 12.08.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Ricardo Ferraço, respectivamente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. nº 3/2015-CTPLS131).

9) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas e o trato com o cidadão

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

10) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final prorrogado: 23/11/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

****. O Ato do Presidente nº 24, de 2015, prorroga por 90 dias o prazo de funcionamento da Comissão.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508

E-mail: coceti@senado.gov.br

12) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

RQS 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT) ⁽⁵⁾	5. Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁵⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	4.
Senador Otto Alencar (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.
Senador Blairo Maggi (PR)	2.

Notas:

- *. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.
- 1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).
- 2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
- 3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
- 4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
- 5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha é designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
- 6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.
Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 29 titulares e 29 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015

Instalação: 23/06/2015

Prazo final prorrogado: 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) ^(1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) ⁽³⁾	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽²⁾
Senador Lasier Martins (PDT)	6. Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁴⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	29.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

**. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy como membros titulares para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).

4. Em 02.07.2015, o Senador Gladson Cameli é designado membro suplente (Of. 89/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinalson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado,leg.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

**. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB).

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG).

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TG)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 061 33033508/3501
E-mail: coceti@senado.leg.br

6) CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR)

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 33033508/3514
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferreira (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Roberto Requião (PMDB)	1. Senador Hélio José (PSD) (1)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.
Notas:	
*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).	
**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).	
***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).	
****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).	
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).	
*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).	
*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).	
1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.	
2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).	
3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).	

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Morais (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edíson Lobão, Ricardo Ferrão, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).

21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferreira (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferreira e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Ana Amélia (PP) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁴⁾	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁵⁾
Notas:	
*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).	
**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).	
***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).	
****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).	
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).	
1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).	
2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).	
3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).	
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)	
5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).	
6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).	
7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).	
8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).	

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(10,11)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Gladson Cameli (PP) ^(10,13)
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB) ^(1,12)
Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹²⁾	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
 2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalírio Beber (PSDB) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)
Senador Ronaldo Caiado (DEM) ^(6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).
- ****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).
- *****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).
- *****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).
- 1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).
- 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).
- 4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).
- 5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).
- 7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
1.	
2.	
3.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
1.	
2.	

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(*Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993*)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)

Senador José Pimentel (PT-CE)

1. Senadora Angela Portela (PT-RR)

Senadora Regina Sousa (PT-PI)

2. VAGO ⁽³⁾

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

4.

Bloco da Maioria (PMDB, PSD)

Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

Senador Otto Alencar (PSD-BA)

3.

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

4.

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)

Senador Wilder Morais (DEM-GO)

1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)

Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

2.

3.

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)

1.

Senador João Capiberibe (PSB-AP)

2.

Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)

Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

1.

2.

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

(/)

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1^a reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 12/09/2012

2^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB**PP****PDT**

VAGO

PSB

VAGO

DEM**PR**

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

SD

VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

- 1^a Designação: 16/11/1995
- 2^a Designação: 30/06/1999
- 3^a Designação: 27/06/2001
- 4^a Designação: 25/09/2003
- 5^a Designação: 26/04/2011
- 6^a Designação: 21/02/2013
- 7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(*Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005*)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 14/03/2011
2^a Designação: 21/03/2012
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 26/03/2014
5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(*Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015*)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - S/Partido/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO (12,14)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristina - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) (5)

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**
(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - S/Partido/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazzotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO (17)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. VAGO
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonseca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)

Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)

Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)

Deputado Sandro Alex (PPS/PR)

Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)

VAGO

SENADO FEDERAL

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Senador Jorge Viana (PT/AC)

Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Senador Blairo Maggi (PR/MT)

VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS (1)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	

TITULARES	SUPLENTES
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	
Líder da Maioria VAGO	
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)	
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)	
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)	
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)	
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)	
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)	
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)	
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO	
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)	
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256

Fax: 3303-5260

saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 CCSCN@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

**Edição de hoje: 186 páginas
(O.S. 13094/2015)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

